



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 59.152/2025

1) OBJETO:

1.1) Contratação de empresa especializada na **prestação de serviço de cuidador social e supervisor**, para suprir as necessidades dos Equipamentos Sociais da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2) Natureza do objeto:

1.2.1) O objeto terá natureza comum, de acordo com o Art. 6º da Lei Federal nº. 14.133/2021, considerando os padrões objetivamente definidos por edital, conforme estabelece inciso XIII, bem como, contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, fundamentado no inciso XVI, ambos do mesmo dispositivo legal.

1.3) Critério de julgamento:

MENOR PREÇO POR LOTE, levando em consideração o menor valor total para 12 (DOZE) meses.

1.4) Modo de disputa:

Aberto.

1.5) O lance deverá ser ofertado pelo:

TOTAL DO GRUPO/LOTE, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES. ATENÇÃO: O LOTE ESTÁ DETALHADO NO ITEM – 26.1, DESTA TERMO.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.6) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

R\$ 10,00 (dez reais).

2) JUSTIFICATIVA:

- 2.1) A **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS)**, no âmbito da **Prefeitura Municipal de Aracaju**, é responsável pela oferta dos **Serviços de Acolhimento Institucional** destinados a **crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, famílias e indivíduos em situação de rua**, dentre outros públicos em situação de vulnerabilidade e risco social.
- 2.2) A necessidade de contratação de **cuidadores sociais** decorre da **crescente complexidade dos atendimentos** realizados nas unidades de acolhimento da SEMFAS, bem como da **escassez de profissionais disponíveis** para suprir a demanda, especialmente após a **superação das capacidades operacionais** de diversos equipamentos da rede socioassistencial.
- 2.3) Os **cuidadores sociais** desempenham papel essencial no funcionamento das unidades de acolhimento, sendo responsáveis por assegurar o **cuidado integral** às pessoas acolhidas em especial: **idosos, pessoas com deficiência física e/ou mental, crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência doméstica e indivíduos em situação de dependência**.
- 2.4) Entre suas atribuições, destacam-se os **cuidados básicos e afetivos**, o **apoio às atividades de vida diária** (alimentação, higiene, locomoção), o **estímulo à autonomia e socialização dos acolhidos**, e a **mediação do acesso a serviços e benefícios sociais**.
- 2.5) A **ausência ou insuficiência** desses profissionais compromete a **continuidade e a qualidade dos serviços**, expondo os usuários a riscos à saúde, à segurança e à integridade física e emocional, com potencial de gerar **danos irreparáveis** e configurar **descumprimento das obrigações legais e regulamentares do Município**.

Página **2** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 2.6) Atualmente, as unidades de acolhimento da SEMFAS enfrentam **superlotação e déficit significativo de pessoal**. O **Município de Aracaju**, por intermédio da SEMFAS, é responsável pela execução e manutenção dos **Serviços de Acolhimento Institucional**, conforme disposto na **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais** e demais normativas do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**.
- 2.7) A **rede municipal de acolhimento** conta com a seguinte estrutura operacional:

A) Abrigos Institucionais (Sorriso, Caçula Barreto e Retaguarda): unidades de porta de entrada dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (SAICAS), com capacidade para 20 usuários cada;

B) Casas Lares (03 unidades): espaços com características residenciais e maior potencial para o fortalecimento da autonomia e vínculos afetivos dos acolhidos, com capacidade para 10 usuários cada. Está prevista a implantação da **Casa Lar 4**, para atender à crescente demanda do município;

C) Casas Lares de Idosos (02 unidades: Casa Lar Nalde Barbosa e Casa Lar Dona Palia): com capacidade para 10 usuários cada. Está prevista a implantação de **duas novas unidades** para atendimento ampliado à população idosa;

D) Abrigo Freitas Brandão: destinado à população em situação de rua, com capacidade para 50 usuários, funcionando como porta de entrada para o Serviço POP Rua;

E) Casa de Passagem Acolher: com capacidade para 40 usuários, voltada prioritariamente a famílias, mulheres, idosos e pessoas com deficiência;

F) Centros Dia (02 unidades): um voltado para atendimento de pessoas com deficiência e outro para idosos, com foco na proteção, fortalecimento de vínculos e cuidados diários, mantendo os usuários em convívio familiar e comunitário;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

G) Abrigo Núbia Marques: acolhe mulheres em situação de risco, muitas acompanhadas de filhos, com demandas de proteção, acolhimento psicológico e reinserção social;

H) Residência Inclusiva: voltada a pessoas com deficiência com grau elevado de dependência, necessitando de auxílio permanente para higiene, alimentação e locomoção.

- 2.8) Os **dados administrativos e operacionais da SEMFAS** demonstram que as unidades de acolhimento **operam acima da capacidade nominal**, abrigando atualmente **282 usuários**, quando a capacidade instalada é de **265 vagas**.
- 2.9) Adicionalmente, observa-se o **aumento da complexidade dos perfis atendidos**, com destaque para:
- A) 257 usuários apresentando **demandas de saúde mental**, incluindo quadros de sofrimento psíquico, histórico de trauma, abandono, uso abusivo de substâncias psicoativas e condições de neurodivergência;
 - B) 109 usuários com **comorbidades físicas** diagnosticadas ou em avaliação médica;
 - C) 14 usuários com **infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)** ativas;
 - D) 36 usuários com **transtornos mentais associados ao uso de substâncias psicoativas**, demandando monitoramento constante e intervenções em situações de crise;
 - E) Crescimento no número de usuários com **histórico de prática de atos infracionais e envolvimento em ocorrências criminais** dentro das unidades, exigindo protocolos de segurança e ampliação da presença de cuidadores.
- 2.10) Essas circunstâncias intensificam a necessidade de **ampliação imediata do quadro de cuidadores sociais e supervisores técnicos**, de modo a garantir **atendimento humanizado e seguro** às pessoas acolhidas.
- 2.11) A administração municipal encontra-se **vinculada a determinações judiciais e recomendações ministeriais** que impõem a adoção de medidas concretas

Página 4 de 158



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

voltadas à **adequação dos recursos humanos e das condições de trabalho** nas unidades de acolhimento. Entre os principais instrumentos jurídicos que fundamentam a presente contratação, destacam-se:

- 2.11.1) **Inquérito Civil nº 0000862-11.2025.5.20.0002**, instaurado pelo **Ministério Público do Trabalho (MPT)**, que orienta o Município de Aracaju a garantir **espaço adequado de descanso e alimentação aos cuidadores sociais**, assegurando o **cumprimento integral dos intervalos de repouso e alimentação** previstos na legislação trabalhista;
- 2.11.2) **Ações Cíveis Públicas** nas quais o Município figura como **polo passivo**, com obrigação de fazer consistente na **“oferta suficiente de recursos humanos para o atendimento dos usuários nos Serviços de Acolhimento”**, sob pena de descumprimento de decisão judicial;
- 2.11.3) Determinações contidas nas **ACP's nº 201311201014, 201810300451, 202311600317 e 202411601156**, que preveem a **ampliação da rede socioassistencial municipal**, com implantação dos seguintes equipamentos públicos:
- A) Residências Inclusivas para Idosos – 02 unidades;**
 - B) Residência Inclusiva para Pessoas com Deficiência (PCD) – 01 unidade;**
 - C) Casa Lar 04 (para Crianças e Adolescentes) – 01 unidade;**
 - D) Casa Retaguarda – 01 unidade.**
- 2.12) Essas novas estruturas se encontram em **fase de construção e/ou licitação**, reforçando a necessidade de **planejamento antecipado de recursos humanos** para garantir o pleno funcionamento dos serviços.
- 2.13) O **não atendimento** a tais determinações representa **risco direto à continuidade de serviços essenciais**, podendo implicar em **violação de direitos fundamentais e responsabilização institucional** do Município.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 2.14) Atualmente, a rede socioassistencial conta com **157 cuidadores sociais**, número **insuficiente** para atender com qualidade e segurança o perfil e a complexidade dos usuários. Com base nas **diretrizes técnicas** e na **análise das necessidades das unidades**, estima-se a necessidade de **179 cuidadores sociais**, distribuídos em turnos que respeitem as normas trabalhistas e de descanso.
- 2.15) O dimensionamento da equipe considera os seguintes critérios:
- A) 1 cuidador para cada **2 usuários** de 0 a 2 anos;
 - B) 1 cuidador para cada **3 crianças** de 3 a 11 anos;
 - C) 1 cuidador exclusivo para usuários com **deficiência severa ou mobilidade reduzida**;
 - D) 1 cuidador para cada **2 usuários** com **transtornos mentais ou dependência química**.
- 2.16) Ressalta-se que os **contratos temporários** provenientes do **Processo Seletivo Simplificado de 2022** encontram-se em **fase de vencimento** gradativo entre **junho de 2025 e janeiro de 2026**, o que reforça a **urgência da nova contratação** para evitar a descontinuidade dos serviços essenciais.
- 2.17) A contratação de cuidadores sociais encontra respaldo nas principais normas que regem a **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** e o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, destacando-se:
- A) **Resolução CNAS nº 145/2004 (PNAS)** – estabelece as diretrizes da proteção social e a necessidade de serviços de acolhimento adequados;
 - B) **Resolução CNAS nº 130/2005 (NOB/SUAS)** – define a organização e execução dos serviços socioassistenciais, incluindo a composição das equipes de referência;
 - C) **Resolução CNAS nº 109/2009** – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que reconhece o **cuidador social** como profissional essencial nos serviços de acolhimento;

Página **6** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

D) Resolução CNAS nº 9/2014 – ratifica o cuidador social como profissional de nível médio, fundamental na prestação de cuidados diários;

E) Constituição Federal de 1988, especialmente os **artigos 6º e 230**, que garantem o **direito à assistência social e à proteção integral** de crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

- 2.18) Essas normas reforçam o **princípio da dignidade da pessoa humana** e o **dever do Estado** de assegurar proteção integral aos usuários dos serviços socioassistenciais.
- 2.19) Diante do exposto, e considerando a **indisponibilidade de profissionais** no processo seletivo vigente, bem como a **relevância pública e social do serviço**, justifica-se a **contratação temporária de empresa especializada** para suprir o déficit de cuidadores sociais e supervisores nas unidades da SEMFAS.
- 2.20) A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, que institui o **novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos**. O **Pregão Eletrônico** mostra-se a modalidade mais adequada, por tratar-se de **serviço comum**, de especificações objetivas, que permite **ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa à Administração**.
- 2.21) A contratação observará os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público**, garantindo a **continuidade dos serviços**, a **proteção dos acolhidos** e a **correta aplicação dos recursos públicos**.
- 2.22) Diante de todo o exposto, a presente contratação resta **amplamente justificada e tecnicamente fundamentada** a abertura do **Processo Licitatório nº 59.152/2025**, visando à **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cuidadores sociais e supervisores**, conforme as diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, da **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** e das **normas do SUAS**.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 2.23) Além disso, a SEMFAS tem a pretensão de implantar o **Projeto Cuidoteca tem como objetivo atender uma demanda historicamente invisibilizada**: a necessidade de cuidado das crianças enquanto suas mães ou responsáveis exercem atividades laborais, educacionais ou de formação profissional.
- 2.24) **A insuficiência de serviços públicos de cuidado é uma realidade vivenciada por inúmeras famílias brasileiras, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social**. Quanto menor a criança, maiores são as barreiras enfrentadas pelas mães para acessar oportunidades de emprego, qualificação e continuidade escolar, considerando que, na maioria dos casos, são elas as principais responsáveis familiares.
- 2.25) Nesse cenário, aprofunda-se um **ciclo de desigualdades marcado pela falta de oportunidades e pela sobrecarga do cuidado assumida cotidianamente por essas mulheres**.
- 2.26) De acordo com a base do Cadastro Único de agosto de 2025, o bairro **17 de Março**, em Aracaju/SE, possui **3.469 famílias cadastradas**, das quais **2.631 têm mulheres como responsáveis familiares**. Somente nessa localidade, há **1.924 crianças entre 3 e 12 anos**, exatamente a faixa etária contemplada pelo Projeto Cuidoteca.
- 2.27) Esses dados evidenciam que a **implantação da iniciativa representa uma mudança estrutural para essas famílias**, sobretudo diante do elevado número de mães solo e do contingente significativo de crianças que vivem em contexto de desproteção social.
- 2.28) Soma-se a isso o fato de o bairro apresentar altos índices de vulnerabilidade social e violência, fatores que limitam ainda mais o acesso das famílias a atividades de trabalho ou estudo no período noturno.
- 2.29) Nesse sentido, a Cuidoteca ofertará **até 40 vagas**, destinando **10% delas a crianças com deficiência**, e atenderá prioritariamente **famílias com mulheres ou jovens mulheres como responsáveis familiares**, inscritas no Cadastro Único e

Página 8 de 158



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

acompanhadas ou referenciadas pelo CRAS que receberá o projeto. Os critérios de seleção incluem:

- A) Estar inscrito no Cadastro Único;
- B) Residir comprovadamente no bairro 17 de Março;
- C) Apresentar a carteira de vacinação da criança;
- D) Comprovar matrícula escolar das crianças em idade escolar.

2.30) Além disso, **após três meses de frequência da criança na Cuidoteca**, a mãe ou responsável familiar deverá apresentar **comprovante de matrícula em curso/formação noturna ou comprovante de atividade laboral**, assegurando a finalidade socioassistencial do projeto de promover o acesso ao estudo e ao trabalho.

2.31) A Cuidoteca funcionará no **CRAS Maria Dinah Menezes**, das **17 h às 22 h**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados ou dias santos, e contará com uma equipe exclusivamente contratada para atuar no projeto. A equipe será composta por:

A) 01 Supervisor(a): responsável por gerenciar a equipe, planejar, supervisionar e apoiar as atividades, orientar responsáveis familiares e assegurar o adequado funcionamento da Cuidoteca;

B) 02 Agentes de Cuidado (nível médio com experiência em cuidados): responsáveis por receber e entregar as crianças aos responsáveis, planejar e organizar atividades diárias, prestar cuidados básicos (alimentação, higiene e apoio à autonomia), realizar atividades lúdicas e recreativas, mediar brincadeiras, zelar pela segurança e convivência, organizar pertences, prevenir riscos de acidentes ou violência e registrar atendimentos e ocorrências para reporte ao(a) supervisor(a) e aos responsáveis familiares.

2.32) Diante do exposto, a **implementação da Cuidoteca, aliada à contratação de cuidadores sociais e supervisores para as Unidades de Acolhimento da SEMFAS**,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

revela-se medida imprescindível para a garantia da proteção integral de crianças, adolescentes e demais usuários atendidos pela política de assistência social.

2.33) Além de assegurar o acesso de mães e responsáveis a oportunidades de trabalho e estudo por meio do serviço ofertado na Cuidoteca, a presente **contratação também viabiliza a manutenção das ações contínuas nas unidades de acolhimento, preservando a integridade física, emocional e social dos acolhidos**, bem como o cumprimento das decisões judiciais vigentes.

2.34) Assim, o **fortalecimento integrado desses serviços contribui diretamente para a estruturação da rede municipal de proteção social, garantindo o funcionamento adequado das unidades** e promovendo um atendimento digno, qualificado e humanizado à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

3) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1) A presente contratação fundamenta-se na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, bem como nas normas complementares aplicáveis.
- 3.2) O **art. 6º**, incisos **XIII** e **XV**, define os conceitos de **serviço comum** e **serviço contínuo**.
- 3.3) O primeiro é aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais no mercado; e o segundo, aquele que, pela sua natureza, deve ser executado de forma ininterrupta para não causar prejuízo à Administração.
- 3.4) Tais definições embasam o enquadramento do presente objeto como atividade de caráter comum e contínuo, essencial à manutenção das rotinas administrativas **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social**.
- 3.5) O **art. 18** estabelece que toda contratação deve ser precedida de **planejamento detalhado**, o qual se materializa por meio do **Estudo Técnico**

Página **10** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR) e da pesquisa de preços, instrumentos que asseguram a adequação da solução escolhida à necessidade administrativa. Este TR, portanto, constitui parte integrante do planejamento da contratação, atendendo às exigências legais.

- 3.6) O **art. 47** dispõe que as contratações públicas devem promover o **desenvolvimento nacional sustentável**, incorporando critérios de sustentabilidade ambiental, social e de inovação. Em consonância com esse dispositivo, a presente contratação observará as diretrizes da **Instrução Normativa nº 01/2010**, editada pelo então **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)** — atualmente denominado **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)** —, a qual estabelece orientações para a adoção de práticas sustentáveis, como o uso racional de recursos naturais, a destinação ambientalmente adequada de resíduos e a preferência por materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental.
- 3.7) O **art. 88** determina que toda contratação deve possuir **gestor e fiscais designados**, com competências específicas para acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual.
- 3.8) Esse dispositivo confere amparo à designação, pela **Secretaria Municipal da Família/Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social**, de fiscais técnicos e administrativos responsáveis pela verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- 3.9) O **art. 92** estabelece que o pagamento deve corresponder à **medição dos serviços efetivamente executados**, conforme critérios definidos no contrato. Tal previsão fundamenta o modelo de **medição POR POSTO DE TRABALHO(EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL) efetivamente contratado**, adotado nesta contratação, garantindo proporcionalidade entre o serviço prestado e o valor pago.
- 3.10) O **art. 117** trata da **repactuação dos contratos de serviços contínuos**, permitindo a recomposição dos preços contratados quando comprovada a variação dos custos de mão de obra, encargos ou insumos decorrentes de alterações legais ou de convenções coletivas de trabalho.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 3.11) Esse dispositivo assegura a **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro** e a continuidade dos serviços prestados.
- 3.12) O **art. 122** elenca as **sanções administrativas** aplicáveis à contratada em caso de descumprimento das obrigações contratuais, como advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade. No âmbito municipal, a aplicação dessas penalidades observará o rito disciplinado pelo **Decreto Municipal nº 4.769/2014**, que regulamenta o procedimento de apuração de infrações administrativas e de aplicação de sanções pela **Comissão Permanente para Apuração de Infrações – CPAI**.
- 3.13) Por fim, o **art. 107, §3º** autoriza que os contratos de prestação de serviços contínuos possam ser **prorrogados por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos**, desde que demonstrada a vantajosidade e o interesse público. Essa disposição legal fundamenta a **vigência inicial de 12 (doze) meses**, prevista neste Termo de Referência, **prorrogável até o limite de 10 (dez) anos**, conforme avaliação periódica da Administração.
- 3.14) Cumpre destacar, ainda, que se aplica à presente contratação o **Decreto Municipal nº 4.769, de 27 de março de 2014**, que regulamenta o procedimento de apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes ou contratados e a aplicação de sanções no âmbito da Administração Pública Municipal.
- 3.15) Dessa forma, a contratação está amparada por um **conjunto normativo sólido e coerente**, que assegura **planejamento adequado, responsabilidade fiscal, sustentabilidade ambiental, mecanismos de controle e responsabilização**, em consonância com os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência** que regem a Administração Pública Municipal.
- 3.16) **Justificativa para o NÃO parcelamento em ITENS:**
- 3.16.1) Considerando o objeto da contratação, optou-se pelo **NÃO** parcelamento em **ITEM**, conforme preconizado pelo art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 3.16.2) Destaque-se que a efetivação da CONTRATAÇÃO em **LOTE**, reforça o alcance dos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e vantajosidade.
- 3.16.3) A CONTRATAÇÃO em **LOTE** se justifica pelos seguintes motivos:
- 3.16.3.1) Racionalização Administrativa e Operacional:
- A) A contratação em **LOTE** possibilita uma gestão mais eficiente do contrato corporativo, com economia de escala, centralização do acompanhamento e fiscalização contratual, e redução de custos indiretos decorrentes da multiplicidade de contratos, fornecedores e processos licitatórios.
- 3.16.3.2) Garantia de Competitividade e Ampla Participação:
- A) O agrupamento dos serviços em **LOTE** não representa barreira à competitividade, uma vez que o mercado dispõe de **dezenas de empresas** especializadas e com capacidade técnica para atender ao conjunto de demandas.
- B) Estudos preliminares e sondagens de mercado indicam a existência de fornecedores aptos a executar o objeto contratado na totalidade.
- C) A exemplo, citamos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Acompanhar Contratação



Pregão Eletrônico N° 90001/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 130025 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC. ?

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto/Fechado



Contratação homologada ?

1 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE LIMPEZA
Homologado

Orde solicitada: 15
Valor estimado (unitário) R\$ 50.844,8400



Propostas

Histórico de recursos

Os detalhes poderão ser visualizados por fornecedor. Clique para expandir e acesse dados como: proposta, anexo e chat.

09.281.162/0001-10
Programa de Integridade
Desclassificada
Valor ofertado (unitário) R\$ 3.411,0000
Valor negociado (unitário) -

TOPPUS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
PE



50.939.368/0001-98
ME/EPP
Programa de Integridade
Desclassificada
Valor ofertado (unitário) R\$ 3.900,0000
Valor negociado (unitário) -

BR SERVICOS E SOLUCOES LTDA
PE



11.553.714/0001-43
Desclassificada
Valor ofertado (unitário) R\$ 4.449,0000
Valor negociado (unitário) -

CONNECT SERVICOS LTDA
CE



49.062.290/0001-97
ME/EPP
Programa de Integridade
Desclassificada
Valor ofertado (unitário) R\$ 4.500,0000
Valor negociado (unitário) -

INNOVE TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA
PE



14.690.263/0001-84
Desclassificada
Valor ofertado (unitário) R\$ 4.700,0000
Valor negociado (unitário) -

EFICIENCIA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
MG



18.043.439/0001-67
ME/EPP
Adjudicada
Valor ofertado (unitário) R\$ 5.234,0000
Valor negociado (unitário) -

E M BARROS DE LIMA SERVICOS
RN



10.013.974/0001-63
Programa de Integridade
Valor ofertado (unitário) R\$ 5.564,7500
Valor negociado (unitário) -

SERVFAZ SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA
PI



55.042.232/0001-02
ME/EPP
Programa de Integridade
Valor ofertado (unitário) R\$ 5.900,0000
Valor negociado (unitário) -

CSE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
RJ



63.777.817/0001-90
ME/EPP
Programa de Integridade
Valor ofertado (unitário) R\$ 6.411,0000

PINHEIROS SERVICOS E SOLUCOES LTDA
RO





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.004.773/0001-25	SEXTUPLO SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRELIM E EM LIMPIDUS LTDA	PE	Valor ofertado (unitário) R\$ 8.780,0000	▼
Valor negociado (unitário) -				
55.783.962/0001-56	GAVI TERCEIRIZACAO E TRADE MARKETING LTDA	AM	ME/EPP	▼
Programa de Integridade			Valor ofertado (unitário) R\$ 15.000,0000	
Valor negociado (unitário) -				
26.279.808/0001-43	CONEXAO SERVICOS PUBLICOS E CONSTRUCOES LTDA	MG	Programa de Integridade	▼
Valor ofertado (unitário) R\$ 40.932,0000			Valor negociado (unitário) -	
04.791.213/0001-30	ARGUS SERVICOS GERAIS LTDA	PE	Programa de Integridade	▼
Valor ofertado (unitário) R\$ 45.663,7392			Valor negociado (unitário) -	
33.931.783/0001-86	GOCIL SERVICOS GERAIS NORDESTE LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	BA	Programa de Integridade	▼
Valor ofertado (unitário) R\$ 80.000,0000			Valor negociado (unitário) -	
24.977.781/0001-37	JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	RJ	Valor ofertado (unitário) R\$ 97.490,0000	▼
Valor negociado (unitário) -				
10.624.354/0001-60	JMF CONSTRUCOES SERVICOS E MANUTENCAO PREDIAL LTDA	PE	ME/EPP	▼
Programa de Integridade			Valor ofertado (unitário) R\$ 97.500,0000	
Valor negociado (unitário) -				
29.708.232/0001-80	ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	PR	ME/EPP	▼
Programa de Integridade			Valor ofertado (unitário) R\$ 120.000,0000	
Valor negociado (unitário) -				
17.746.646/0001-15	WFS CONSTRUCOES LTDA	AL	Valor ofertado (unitário) R\$ 120.000,0000	▼
Valor negociado (unitário) -				
38.422.964/0001-09	EXCELENCIA TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	PE	ME/EPP	▼
Programa de Integridade			Valor ofertado (unitário) R\$ 150.000,0000	
Valor negociado (unitário) -				
31.123.584/0001-16	INOVE TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	AL	ME/EPP	▼
Valor ofertado (unitário) R\$ 150.000,0000			Valor negociado (unitário) -	
09.540.692/0001-35	BETA BRASIL SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	AM	Programa de Integridade	▼
Valor ofertado (unitário) R\$ 170.427,1700			Valor negociado (unitário) -	
41.610.719/0001-21	RISERV TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	AL	ME/EPP	▼
Valor ofertado (unitário) R\$ 200.000,0000			Valor negociado (unitário) -	
00.323.090/0001-51	SOLL -SERVICOS OBRAS E LOCACOES LTDA	PE	Valor ofertado (unitário) R\$ 299.000,0000	▼
Valor negociado (unitário) -				



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

21.586.301/0001-19 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 310.524,8100 Valor negociado (unitário) -	ALEPH CONSERVADORA LTDA PE	▼
08.247.960/0001-62 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 400.000,0000 Valor negociado (unitário) -	REAL JG FACILITIES S/A DF	▼
41.112.686/0001-90 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 450.000,0000 Valor negociado (unitário) -	CONSTRUMAX COMERCIO E SERVICOS LTDA AP	▼
21.765.965/0001-45 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 800.000,0000 Valor negociado (unitário) -	SEMPRE VIVA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA AM	▼
10.541.228/0001-42 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 912.025,0000 Valor negociado (unitário) -	TERCEIRIZA BRASIL TRANSPORTES LTDA BA	▼
55.646.393/0001-05 ME/EPP Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 1.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	INTERCONTAL SERVICOS LTDA DF	▼
22.076.317/0001-44 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 1.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	MEGHA SERVICE LTDA MA	▼
19.945.028/0001-20 ME/EPP Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	ECO FACILITIES LTDA PE	▼
27.571.784/0001-64 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	X4 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA RN	▼
36.990.588/0001-15 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	CENTRAL NORTE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA TO	▼
04.427.309/0001-13 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	ALERTA SERVICOS LTDA PB	▼
09.311.431/0001-43 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 80.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	VIN SERVICE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA SP	▼
12.446.585/0001-57 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 150.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA AM	▼
05.897.975/0001-88 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 999.999.999,0000	FOCCUS FACILITIES LTDA GO	▼



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

[Acompanhar Contratação](#)

Pregão Eletrônico N° 90001/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 130025 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC. ⓘ

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto/Fechado

Contratação homologada ⓘ

3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
Homologada

Orçamento solicitado: 20
Valor estimado (unitário): R\$ 61.319,6400

Propostas Histórico de recursos

Os detalhes poderão ser visualizados por fornecedor. Clique para expandir e acessar dados como: proposta, anexo e chat.

11.553.714/0001-43 Desclassificada Valor ofertado (unitário): R\$ 4.200,0000 Valor negociado (unitário): -	CONNECT SERVICOS LTDA CE	▼
49.062.290/0001-97 ME/ESP Programa de Integridade Desclassificada Valor ofertado (unitário): R\$ 4.301,0000 Valor negociado (unitário): -	INNOVE TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA PE	▼
09.281.162/0001-10 Programa de Integridade Desclassificada Valor ofertado (unitário): R\$ 4.302,4900 Valor negociado (unitário): -	TOPPUS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL PE	▼
14.690.263/0001-84 Desclassificada Valor ofertado (unitário): R\$ 5.440,0000 Valor negociado (unitário): -	EFICIENCIA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA MG	▼
10.013.974/0001-63 Programa de Integridade Desclassificada Valor ofertado (unitário): R\$ 5.473,2700 Valor negociado (unitário): -	SERVFAZ SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA PI	▼
43.929.307/0001-84 Aquisição Valor ofertado (unitário): R\$ 5.487,8600 Valor negociado (unitário): -	MSKT TECNOLOGIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA DF	▼
18.043.439/0001-67 ME/ESP Valor ofertado (unitário): R\$ 5.622,0000 Valor negociado (unitário): -	E M BARROS DE LIMA SERVICOS RN	▼
55.042.232/0001-02 ME/ESP Programa de Integridade Valor ofertado (unitário): R\$ 5.900,0000 Valor negociado (unitário): -	CSE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA RJ	▼
12.004.773/0001-25 Valor ofertado (unitário): R\$ 6.750,0000 Valor negociado (unitário): -	SENTHURY SERVICOS DE LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS LTDA PE	▼




ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valor ofertado (unitário)	R\$ 15.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
10.528.510/0001-90		FRAC GESTAO E SERVICOS LTDA	
		SP	
Valor ofertado (unitário)	R\$ 67.482,3500		
Valor negociado (unitário)	-		
07.360.290/0001-23		SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA	
		CE	
Valor ofertado (unitário)	R\$ 67.482,3500		
Valor negociado (unitário)	-		
24.977.781/0001-37		JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	
		RJ	
Valor ofertado (unitário)	R\$ 69.900,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
10.627.870/0001-49		LEMON TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	
		PE	
Valor ofertado (unitário)	R\$ 77.942,2800		
Valor negociado (unitário)	-		
63.777.817/0001-90		PINHEIROS SERVICOS E SOLUCOES LTDA	
		RO	
ME/ESP			
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 86.049,8000		
Valor negociado (unitário)	-		
26.279.808/0001-43		CONEXAO SERVICOS PUBLICOS E CONSTRUCOES LTDA	
		MG	
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 86.049,8000		
Valor negociado (unitário)	-		
33.931.783/0001-86		GOCIL SERVICOS GERAIS NORDESTE LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	
		BA	
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 96.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
10.624.354/0001-60		JMF CONSTRUCOES SERVICOS E MANUTENCAO PREDIAL LTDA	
		PE	
ME/ESP			
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 104.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
17.746.546/0001-15		WFS CONSTRUCOES LTDA	
		AL	
Valor ofertado (unitário)	R\$ 120.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
09.540.692/0001-35		BETA BRASIL SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	
		AM	
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 127.290,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
31.123.584/0001-16		INOVE TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	
		AL	
ME/ESP			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 150.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
29.708.232/0001-80		ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	
		PR	
ME/ESP			
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 200.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
38.422.964/0001-09		EXCELENCIA TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	
		PE	
ME/ESP			
Programa de integridade			
Valor ofertado (unitário)	R\$ 200.000,0000		
Valor negociado (unitário)	-		
22.076.317/0001-44		MEGHA SERVICE LTDA	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

41.610.719/0001-21 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 200.000,0000 Valor negociado (unitário) -	RISERV TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA AL	▼
21.586.301/0001-19 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 256.397,2800 Valor negociado (unitário) -	ALEPH CONSERVADORA LTDA PE	▼
08.247.960/0001-62 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 300.000,0000 Valor negociado (unitário) -	REAL JO FACILITIES S/A DF	▼
05.279.106/0001-90 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 330.801,1500 Valor negociado (unitário) -	AGGE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA SP	▼
00.323.090/0001-51 Valor ofertado (unitário) R\$ 399.000,0000 Valor negociado (unitário) -	SOLL -SERVICOS OBRAS E LOCACOES LTDA PE	▼
27.072.369/0001-66 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 399.999,9900 Valor negociado (unitário) -	PLUS TERCEIRIZACAO LTDA GO	▼
41.112.686/0001-90 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 900.000,0000 Valor negociado (unitário) -	CONSTRUMAX COMERCIO E SERVICOS LTDA AP	▼
10.541.228/0001-42 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 912.025,0000 Valor negociado (unitário) -	TERCEIRIZA BRASIL TRANSPORTES LTDA BA	▼
55.646.393/0001-05 ME/EPP Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 1.000.000,0000 Valor negociado (unitário) -	INTERCONTAL SERVICOS LTDA DF	▼
04.791.213/0001-30 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 1.151.965,8800 Valor negociado (unitário) -	ARGUS SERVICOS GERAIS LTDA PE	▼
19.945.028/0001-20 ME/EPP Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000,000,0000 Valor negociado (unitário) -	ECO FACILITIES LTDA PE	▼
27.571.784/0001-64 ME/EPP Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000,000,0000 Valor negociado (unitário) -	X4 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA RN	▼
04.427.309/0001-13 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000,000,0000 Valor negociado (unitário) -	ALERTA SERVICOS LTDA PE	▼
36.990.588/0001-15 Programa de Integridade Valor ofertado (unitário) R\$ 10.000,000,0000 Valor negociado (unitário) -	CENTRAL NORTE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA TO	▼ 



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valor negociado (unitário)	-	
21.765.965/0001-45		SEMPRE VIVA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
ME/ESP		AM
Valor ofertado (unitário)	R\$ 100.000.000,0000	
Valor negociado (unitário)	-	
12.446.585/0001-57		PRIME SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
ME/ESP		AM
Valor ofertado (unitário)	R\$ 150.000.000,0000	
Valor negociado (unitário)	-	
09.311.431/0001-43		VIN SERVICE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
Programa de Integridade		SP
Valor ofertado (unitário)	R\$ 800.000.000,0000	
Valor negociado (unitário)	-	
Voltar		



PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023
PROTOCOLO TC Nº 005041/2023

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (ENVELOPE Nº 01) E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02), LANCES VERBAIS, NEGOCIAÇÃO DIRETA, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, às 09 (nove) horas, na Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo Governador Augusto Franco – Bairro Capucho – CEP 49081-020, em Aracaju – Sergipe, 1º Piso do edifício sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no Auditório da Escola de Contas, o Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio, abaixo assinados, designados pela Portaria nº 124, de 04 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE nº 2.638, de 04 de abril de 2023 e suas alterações, para continuação da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023, do tipo menor preço “lote único”, iniciada no dia 11 de dezembro do corrente ano, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, de limpeza e manutenção predial para atender às necessidades deste Tribunal, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de Sergipe, conforme quantitativos, características e demais condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (I a IV), do Edital e seus anexos, a fim de deliberar acerca da análise e julgamento das propostas de preços apresentadas, e demais atos do certame, ressaltando que as mesmas foram previamente analisadas e rubricadas por todos os participantes na sessão de abertura. O Pregoeiro declarou aberta a sessão pública na presença dos membros da Equipe de Apoio e dos representantes das empresas: **A&L SERVIÇOS LTDA, BRASPE RECURSOS HUMANOS EIRELI, MECENAS EMPREENDIMENTOS LTDA – ME – INNOVE, EXSEG PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, GTS SERVIÇOS GERAIS DO BRASIL LTDA, LABORAR RECURSOS HUMANOS LTDA, MARAZUL EMPREENDIMENTOS LTDA, MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, RAMAC EMPREENDIMENTOS LTDA, PREMIUM SERVIÇOS, LOCCÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, PRIME SERVIÇOS LTDA, VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA, WN FACILIES SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA e WS SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, devidamente credenciados na sessão anterior, ausente os demais. Em seguida, o Pregoeiro informou o recebimento da Comunicação Interna nº 214, de 13/12/2023, oriunda da Coordenadoria de Serviços Gerais deste Tribunal, acerca da análise das propostas de preços, do questionamento da empresa WS contra a proposta de preços da Ramac, conforme registro em ata, aduzindo o seguinte: **“1. Empresa A & L SERVIÇOS LTDA** -



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



SEBRAE/SE - SERVIÇO DE APOIO ÀS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE
SERGIPE



ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 03/2025

Às 15:12:50 horas do dia 25 de Abril de 2025 reuniram-se no site www.licitanet.com.br, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de locação de mão de obra de RECEPCIONISTA, GARÇOM EXECUTIVO, TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, MOTORISTA EXECUTIVO, SECRETARIA EXECUTIVA I, AUXILIAR TÉCNICO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS E ASSISTENTE DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS - III, destinados ao atendimento das necessidades do SEBRAE/SE.**

O(a) O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02; na Lei Complementar nº 123/06; no(a); subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
CENTRO MEDICO DO TRABALHADOR LTDA	23.546.358/0001-10	Grande Porte
TRIDIMENSIONAL SERVICOS E EVENTOS LTDA	01.700.903/0001-48	Microempresa
GOCIL SERVICOS GERAIS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	00.146.889/0001-10	Grande Porte
A & L SERVIÇOS LTDA	21.976.075/0001-82	Microempresa
MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA	10.762.976/0001-55	Grande Porte
IMPROL SERVICOS INTEGRADOS LTDA	25.255.448/0001-87	Grande Porte
M3 SERVICOS E CONSULTORIA LTDA	12.499.801/0001-22	Microempresa
CREATIVE GROUP LTDA	41.022.470/0001-33	Microempresa
FPS PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI	10.531.029/0001-53	Grande Porte
BTS TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	03.769.500/0001-80	Grande Porte
A.D. ENGENHARIA LTDA	11.819.223/0001-00	Grande Porte
PRIME - LOCACAO DE MAO DE OBRA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	08.714.341/0001-30	Grande Porte
TERCEIRIZE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	10.547.708/0001-10	Grande Porte
PRIME SERVICOS LTDA	08.959.757/0001-19	Grande Porte
MULTSERV MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA	13.350.020/0001-34	Grande Porte
NILTEK SERVICOS LTDA	02.544.972/0001-72	Grande Porte
LABORAR RECURSOS HUMANOS LTDA	15.787.759/0001-33	Grande Porte
ALERTA SERVICOS LTDA	04.427.309/0001-13	Grande Porte
RH SOLUCOES E FACILITIES LTDA	08.635.114/0001-10	Microempresa
INNOVE EMPREENDIMENTOS LTDA	27.067.989/0001-07	Microempresa
BENIT CONSTRUOES, TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	24.320.865/0001-01	Microempresa
PS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	18.804.276/0001-98	Microempresa



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
GENESIS SERVICOS DE TERCEIRIZACAO LTDA	28.594.543/0001-01	Microempresa
DOMINI SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	23.740.606/0001-09	Grande Porte
DANIELLY SANTOS SOUZA ANDRADE	60.398.919/0001-07	Microempresa
INOVE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	12.778.433/0001-51	Grande Porte

3.16.3.3) Melhoria na Qualidade e na Segurança da Informação:

A) A unificação da prestação dos serviços permite a adoção de padrões de segurança da informação, conformidade com a LGPD, e práticas de governança de TI uniformes em toda a estrutura administrativa, reduzindo vulnerabilidades e assegurando maior controle tecnológico.

3.17) Dessa forma, a escolha pelo parcelamento em **LOTE**, ainda que com possibilidade de execução descentralizada conforme a demanda de cada órgão, mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, estando em conformidade com os princípios e diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4) MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1) Ao preencher a proposta, deste termo, o fornecedor **deverá ofertar preço para todos os ITENS que compõe o LOTE**, ficando a ela vinculadas, a fim de preservar a economia de escala em busca da maior economicidade, de modo a possibilitar maior competitividade, observando-se, nesse caso, o prazo e o local de execução do objeto.

4.2) A empresa licitante deverá utilizar o **MODELO DE PROPOSTA** disponibilizado no **ANEXO – I, deste TERMO DE REFERÊNCIA**.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.3) Poderão participar do processo, os interessados que atenderem todas as exigências contidas neste Termo de Referência, ou seja, que desenvolvam atividades compatíveis ao objeto da contratação.
- 4.4) Os itens são destinados à ampla participação entre os interessados.
- 4.5) A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4.5.1) A contratação compreende, além da mão de obra, o **fornecimento mínimo** de VALE-ALIMENTAÇÃO, UNIFORME/FARDAMENTO e SEGURO DE VIDA.
 - 4.5.2) Os quantitativos de **POSTOS DE TRABALHO** relacionadas no presente Termo de Referência é o mínimo necessário para a adequada prestação dos serviços, considerando o dimensionamento e a experiência vivenciada por meio do acompanhamento da execução do atual contrato em vigência na **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social**.
 - 4.5.3) Os serviços serão demandados mediante **Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social**.
 - 4.5.4) Os horários do início dos serviços contratados poderão ser ajustados de acordo com as necessidades da **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social**.
 - 4.5.5) A composição de cada LOTE está detalhada no **ITEM – 26.1**, deste TERMO DE REFERÊNCIA;
 - 4.5.6) Para participar do grupo/lote o fornecedor deverá **cotar todos os itens**.
 - 4.5.7) Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

Página **23** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.5.8) Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, devido o valor do LOTE, **não será concedido tratamento favorecido** para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007. **Segue detalhamento do valor de cada LOTE:**

LOTE	TOTAL GERAL MÁXIMO DO LOTE PARA 12 MESES R\$ (VER ITEM – 26.1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA)	OBSERVAÇÃO
1	13.857.188,52	NÃO SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO, CONFORME DISCIPLINADO NO ITEM – 4.5.8, DESTE TERMO.

- 4.5.9) **O grupo/ote será destinado à ampla participação entre os interessados.**
- 4.6) Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 4.6.1) Constituídos sob a forma de consórcio.
- 4.6.2) Pessoas físicas.
- 4.7) A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação encontra amparo legal no disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite expressamente a restrição à participação de consórcios desde que devidamente justificada.
- 4.8) A motivação para tal vedação decorre de aspectos técnicos e administrativos, conforme se expõe a seguir:
- 4.8.1) Unidade de Gestão Contratual:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A) A participação de consórcios dificultaria a uniformização dos procedimentos de fiscalização, comunicação, gestão de demandas e responsabilização contratual.

B) A existência de múltiplos integrantes em um consórcio comprometeria a celeridade e a efetividade na administração contratual.

4.8.2) Responsabilidade Técnica e Jurídica:

A) Em razão da extensão dos serviços, é imprescindível que haja uma única pessoa jurídica responsável, tanto técnica quanto legalmente, pela totalidade da execução contratual.

B) A atuação consorciada pode dificultar a responsabilização individual em caso de inadimplemento, falhas técnicas ou descumprimento contratual.

4.8.3) Capacidade Técnica e Econômico-Financeira Demonstrada de Forma Isolada:

A) As empresas aptas a participar deste certame devem demonstrar, individualmente, plena capacidade técnica e econômico-financeira para a execução integral do objeto, o que é plenamente viável e constatado por meio de sondagens de mercado e estudos preliminares.

B) Não há, portanto, necessidade de reunião de empresas para viabilizar a participação no certame.

4.8.4) Risco de Fragmentação e Insegurança Operacional:

A) A execução dos serviços OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA por consórcios pode implicar em divisão interna de responsabilidades, o que compromete a coesão técnica, a confidencialidade dos dados e a padronização metodológica



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

exigida para o cumprimento das metas institucionais da Administração Pública.

4.8.5) Experiência em Contratações Anteriores:

A) Com base em experiências prévias da Administração, verificou-se que contratos celebrados com empresas individualmente responsáveis apresentaram maior previsibilidade e eficiência na execução, ao passo que contratos com consórcios tenderam a gerar maior complexidade na gestão e fiscalização.

4.8.6) Assim, a vedação à participação de consórcios visa resguardar o interesse público, garantir a eficiência da contratação, mitigar riscos contratuais e assegurar maior segurança jurídica, estando plenamente justificada nos termos da legislação vigente.

4.9) **Descrição dos Serviços:**

4.9.1) Conforme Estudo Técnico Preliminar, a melhor solução encontrada para atendimento ao interesse público envolvido é a prestação do serviço objeto desta contratação, por intermédio de empresa de serviços terceirizados.

4.9.2) A solução proposta **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cuidadores sociais, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra** apresenta-se como **a alternativa mais adequada e vantajosa** para atender à necessidade da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – **SEMFAS**, considerando os aspectos técnicos, operacionais, jurídicos e econômicos identificados no presente Estudo Técnico Preliminar.

4.9.3) A escolha pela **terceirização do serviço** justifica-se em razão:

A) Da **natureza continuada e essencial** das atividades desenvolvidas nas unidades de acolhimento institucional e centros dia;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

B) Da **indisponibilidade de pessoal efetivo** e da inexistência de cargos específicos no quadro permanente do Município para a função de cuidador social;

C) Do **encerramento próximo dos contratos vigentes**, firmados por meio de processo seletivo simplificado, com término previsto em janeiro de 2026;

D) E da **impossibilidade de interrupção dos serviços**, sob pena de prejuízo grave à integridade física e emocional dos usuários acolhidos, muitos deles com deficiência, comorbidades e demandas de saúde mental.

4.9.4) A contratação de empresa terceirizada possibilita à Administração:

A) Manter a continuidade dos serviços socioassistenciais essenciais;

B) Garantir a cobertura integral das escalas de plantão, inclusive noturnos, finais de semana e feriados;

C) Assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente no Estado de Sergipe;

D) E otimizar a gestão dos recursos humanos, uma vez que a contratada será responsável pela administração, supervisão e substituição imediata dos profissionais, sem prejuízo à rotina das unidades.

4.9.5) A contratação via **pregão eletrônico** com base na **Lei nº 14.133/2021** é o meio mais eficiente, transparente e economicamente vantajoso para viabilizar o objeto, permitindo ampla competitividade entre empresas especializadas e garantindo a **seleção da proposta mais vantajosa** para a Administração.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.9.6) Ressalta-se que a adoção dessa solução encontra respaldo nos princípios da **continuidade do serviço público**, da **eficiência**, da **economicidade** e da **segurança jurídica**, sendo plenamente compatível com o **planejamento institucional da SEMFAS**, o **Plano Anual de Contratações (PCA)**, conforme **Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 120** e as **normas operacionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**.
- 4.9.7) Diante do exposto, a **contratação de empresa especializada** na execução dos serviços de cuidadores sociais é **tecnicamente adequada, operacionalmente viável, juridicamente regular e economicamente justificada**, representando a medida necessária para **garantir a continuidade, a qualidade e a efetividade da política pública de assistência social** desenvolvida pelo Município de Aracaju.
- 4.9.8) A contratação ora proposta tem como objetivo assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços com a disponibilização de profissionais cuidadores sociais qualificados e capacitados, em regime de dedicação exclusiva, para atuação nas diversas unidades de acolhimento institucional e serviços especializados vinculados à Proteção Social Especial.
- 4.9.9) A presente solução visa viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cuidadores sociais e supervisores, com alocação dos profissionais nos Equipamentos Sociais vinculados à Secretaria Municipal da Família e de Assistência Social da Prefeitura de Aracaju.
- 4.9.10) Os Equipamentos Sociais atendem a pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou violação de direitos, especialmente crianças e adolescentes acolhidos por medida protetiva, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, além de idosos e mulheres vítimas de violência doméstica.

Página **28** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.9.11) Para assegurar o funcionamento ininterrupto das unidades, é necessária uma equipe técnica composta por profissionais capacitados, que desempenhem suas funções com responsabilidade, empatia e preparo técnico.

4.9.12) Atualmente, não há mais candidatos disponíveis oriundos do processo seletivo anterior, o que inviabiliza a contratação de pessoal em regime temporário.

4.9.13) Diante disso, e para assegurar a continuidade da prestação de serviço essencial e inadiável, a Administração optará pela contratação de empresa terceirizada, que disponibilize os profissionais nas condições e perfis exigidos.

4.10) Características da solução:

A) Prestação de serviços continuados, com fornecimento de mão de obra capacitada para atuar como cuidador social e supervisor, sob regime de escala (incluindo finais de semana e feriados), garantindo cobertura integral das demandas dos equipamentos sociais da SEMFAS;

B) Profissionais qualificados, com experiência prévia ou formação compatível com as exigências da função e a legislação vigente;

C) Atuação voltada ao cuidado, proteção e acompanhamento dos acolhidos, contribuindo para o desenvolvimento integral e o restabelecimento de vínculos familiares e sociais;

D) Responsabilidade da empresa contratada em relação à gestão trabalhista, encargos sociais, treinamentos, substituições por afastamentos ou faltas, entre outros;

E) Fiscalização e acompanhamento da execução contratual pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social, garantindo a qualidade dos serviços e o cumprimento das cláusulas contratuais.

4.11) Objetivos principais:

Página **29** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- A) Garantir o funcionamento ininterrupto das Unidades Institucionais;
 - B) Promover a proteção integral dos indivíduos acolhidos;
 - C) Assegurar qualidade e eficiência no atendimento por meio de mão de obra qualificada;
 - D) Evitar riscos legais e administrativos decorrentes da ausência de profissionais em serviço essencial.
- 4.12) **Resultado esperado:** A contratação da empresa permitirá o pleno funcionamento dos Equipamentos Sociais, assegurando a prestação contínua e de qualidade de um serviço público essencial, sem prejuízos à proteção dos acolhidos e em total consonância com a legislação do SUAS, as normativas do Ministério da Cidadania e as obrigações legais do Município enquanto responsável pela rede de proteção social.
- 4.13) **Requisitos da contratação**
- 4.13.1) **Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos:**
- 4.13.1.1) Comprovar **aptidão técnica** para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, conforme exigências estabelecidas no edital e seus anexos;
 - 4.13.1.2) Demonstrar **capacidade de lidar com situações delicadas**, atuando com empatia, equilíbrio emocional e sensibilidade às necessidades emocionais, sociais e psicológicas das pessoas acolhidas;
 - 4.13.1.3) Possuir **comunicação eficaz e respeitosa** com os usuários, demais membros da equipe multiprofissional, familiares ou responsáveis legais, favorecendo a convivência harmoniosa e o ambiente acolhedor;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.13.1.4) Comprovar **habilidade para o trabalho em equipe interdisciplinar**, atuando de forma articulada com assistentes sociais, psicólogos, educadores, terapeutas ocupacionais e demais profissionais da rede socioassistencial;
- 4.13.1.5) Ter **capacidade de tomar decisões rápidas e adequadas** em situações de urgência ou emergência, sempre observando os protocolos institucionais e as orientações técnicas da equipe de referência;
- 4.13.1.6) Apresentar **compreensão dos traumas, vulnerabilidades e dificuldades emocionais** enfrentadas por crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situação de acolhimento, sendo capaz de oferecer **apoio emocional e socioafetivo adequado**;
- 4.13.1.7) Assegurar **respeito à privacidade, individualidade e histórias pessoais** dos acolhidos, mantendo postura ética e humanizada em todas as interações;
- 4.13.1.8) Demonstrar **comprometimento com as políticas públicas de assistência social**, com os princípios e diretrizes do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** e com a **missão institucional do serviço de acolhimento**;
- 4.13.1.9) Manter **responsabilidade ética e profissional**, garantindo o **sigilo das informações** obtidas no exercício da função, em conformidade com a legislação vigente e as normativas internas da SEMFAS;
- 4.13.1.10) Cumprir integralmente os **requisitos de qualificação técnica e operacional** previstos no contrato e demais instrumentos convocatórios, incluindo a comprovação de experiência prévia e a capacitação dos profissionais a serem disponibilizados;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.13.1.11) Zelar pelo uso racional e sustentável de recursos, promovendo entre seus funcionários a orientação sobre práticas de sustentabilidade, como a redução e o descarte correto de resíduos sólidos, a economia de energia e água, e demais condutas ambientalmente responsáveis.

4.14) Abrangência dos Serviços

4.14.1) A empresa contratada deverá disponibilizar cuidadores sociais para atuação em múltiplos contextos e demandas específicas, incluindo:

A) Acompanhamento integral dos usuários, promovendo cuidados cotidianos como higiene, alimentação, locomoção, administração de medicamentos sob orientação, e monitoramento das condições físicas e emocionais;

B) Promoção de ambiente acolhedor e seguro, contribuindo para a preservação da saúde física e mental dos usuários, respeitando suas particularidades e direitos;

C) Suporte psicossocial e relacionamento interpessoal, atuando como facilitadores do vínculo entre os usuários e a equipe técnica multidisciplinar, incluindo a comunicação e registro de informações relevantes para o acompanhamento do serviço;

D) Atuação em regime de escala e plantões 24 horas, incluindo finais de semana e feriados, garantindo a permanência e a cobertura necessária para o atendimento ininterrupto;

E) Adaptação contínua às necessidades específicas de cada unidade e público-alvo, com flexibilidade para atendimento a diferentes perfis e graus de dependência.

F) Promover a supervisão, capacitação contínua e a substituição imediata dos profissionais quando necessário, garantindo a qualidade e a continuidade do serviço, devendo a substituição



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação formal à contratada.

- 4.14.2)** Durante esse período, a SEMFAS exercerá acompanhamento e fiscalização rigorosos da execução dos serviços, assegurando o cumprimento dos padrões técnicos, éticos e legais.

4.15) Das Atribuições dos profissionais envolvidos nesta contratação.

4.15.1) São Atribuições do cuidador social:

- 4.15.1.1) O cuidador social é um profissional capacitado que ajudará os abrigados (crianças, adolescentes, adultos, idosos ou pessoas com deficiência) do serviço de Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que necessitam de atenção especial.
- 4.15.1.2) O cuidador contribui para a qualidade de vida da pessoa alvo de cuidado.
- 4.15.1.3) Cabe-lhe ajudar, estimular e realizar, caso seja indispensável, as atividades de vida diária, ou seja, a higiene pessoal e bucal, alimentação, locomoção etc. Cuidar do vestuário (organizar a roupa que vai ser usada), manter o armário e os objetos de uso arrumados e nos locais habituais; e cuidar da aparência dos assistidos, de modo a aumentar a sua autoestima, sem prejuízo das seguintes atribuições:
- a) Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas;
 - b) Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- c) Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora; inclusive na interação com as instituições que encaminham coletando e registrando informações pertinentes ao procedimento;
- d) Identificar as necessidades e demandas dos usuários;
- e) Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;
- f) Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos;
- g) E quando a depender de a situação de saúde do usuário realizar ativamente;
- h) Apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer; E quando a depender de a situação de saúde do usuário realizar ativamente;
- i) Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas;
- j) Desenvolver atividades recreativas, lúdicas e socioeducativas;
- k) Potencializar a convivência familiar e comunitária;
- l) Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;
- m) Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o fruto de direitos sociais;

- n) Contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência;
- o) Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;
- p) Contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar;
- q) Apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar;
- r) Participar das capacitações/formações, reuniões de equipe, estudo de casos para o planejamento das atividades, elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento) e PPP (Projeto Político Pedagógico) avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.
- s) Contribuir para a construção de uma ambiência de infraestrutura de forma pedagógica saudável;
- t) Realizar a administração de medicações e registros da ação;

4.15.2) Requisitos

- a) Idade mínima: 18 anos;
- b) Ensino Médio completo, em instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC;
- c) Curso de Cuidador, com carga horária compatível com as atribuições da função, emitido por instituição

Página **35** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

reconhecida;

d) Ter postura ética, manter a confidencialidade das informações dos assistidos e adotar princípios de urbanidade no desempenho das atividades;

e) Preferencialmente, possuir experiência no acompanhamento e auxílio de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, bem como em rotinas de cuidados de higiene e alimentação.

4.15.3) **Experiência mínima:**

A) Experiência anterior na atividade de no mínimo de **03 (três) meses**, a qual pode ser comprovada, através de contrato de trabalho e CTPS devidamente assinada, declaração ou documentos equivalente;

4.15.4) **Da Jornada de Trabalho:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	APRESENTAÇÃO
1	CUIDADOR SOCIAL, DIURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 07 ÀS 19 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO
2	CUIDADOR SOCIAL, NOTURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 19 ÀS 07 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO
3	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO
4	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO
5	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS (SEM ADICIONAL NOTURNO)	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO
6	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO

Página **36** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

	COM ADICIONAL NOTURNO DE 1 (UMA) HORA POR DIA DE TRABALHO, DAS 22 ÀS 23 HORAS.		
--	---	--	--

4.16) Descrição sumária das atividades:

4.16.1) Supervisor:

4.16.1.1) O supervisor deve liderar pessoas e fazer gestão diária dos processos, é desejável que tenha conhecimento técnico da área onde atua, bem como que possua perfil para liderança e gestão, sendo que ele é a liderança mais próxima do empregado.

4.16.1.2) É o Supervisor que deve assegurar que ocorra alinhamento do cuidador com as especificidades das unidades, devendo esse avaliar conjuntamente com o gestor da unidade, quando necessário, o perfil do trabalhador, a fim de que não haja prejuízos a oferta do serviço em nossas unidades, sem prejuízo das demais atribuições:

- Propor, implementar e acompanhar o desempenho dos cuidadores nas unidades;
- Participar de reuniões periódicas para avaliação e orientações das funções dos cuidadores;
- Monitorar o desenvolvimento das funções dos Cuidadores;
- Fiscalizar se as orientações referentes a função de cuidador estão sendo cumprida convenientemente, indicando melhorias ou correções;
- Acompanhar processo de realocação de pessoas em postos de trabalho;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- f) Realizar relatórios mensais sobre o desenvolvimento de cada cuidador, a fim de avaliação dos cuidadores.

4.16.2) Requisitos do profissional:

4.16.2.1) Qualificação mínima:

- A) Ensino superior completo, devidamente reconhecido pelo MEC.
- A) Experiência mínima de 06 (seis) meses na função de supervisor ou qualquer área de nível superior, podendo ser comprovada mediante a apresentação de carteira de trabalho, contrato de trabalho ou documento equivalente.

4.16.3) Jornada de trabalho:

Os serviços serão executados nas Unidades Públicas da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS, com jornada de trabalho definidas de acordo com a necessidade da Secretaria, observando a legislação vigente, inclusive levando-se em consideração a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho da categoria.

4.17) **SOBRE A GARANTIA DE PROPOSTA:**

- 4.17.1) Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar futuro Contrato, bem como das demais obrigações assumidas em razão **de sua participação na licitação**, conforme art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021, a proponente deverá prestar **GARANTIA DE PROPOSTA**, mediante recolhimento de quantia a título de garantia, de forma incondicional, no valor correspondente a **1% (UM POR CENTO)** do valor total estimado para esta Contratação, **no momento de apresentação da proposta de preço inicial. Segue detalhamento do valor da GARANTIA DE PROPOSTA:**

Página **38** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A	B	C	D
LOTE	VALOR TOTAL MÁXIMO DESTA CONTRATAÇÃO – R\$ (VER ITEM –26.1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA)	PERCENTUAL DE GARANTIA DE PROPOSTA – (%)	VALOR DA GARANTIA DE PROPOSTA QUE DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA LICITANTE – R\$ $D = B \times C\%$
1	13.857.188,52	1%	R\$ 138.571,88

4.17.2) A comprovação do recolhimento da garantia de proposta deverá ser apresentada eletronicamente, na aba (módulo), **disponibilizado através da plataforma LICITANET – www.licitanet.com.br**.

4.17.3) A garantia da proposta poderá, por opção da proponente, ser prestada por meio das seguintes modalidades, conforme §1º, do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021:

A) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

B) Seguro-garantia.

C) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

D) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.17.4) A garantia da proposta **deverá ter prazo mínimo de 3 (TRÊS) meses, a contar da data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

imediate da PROPOSTA DE PREÇO.

- 4.17.5) Cabe ao pregoeiro e equipe de apoio analisar a regularidade e efetividade das garantias das propostas.
- 4.17.6) As proponentes deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da garantia da proposta.
- 4.17.7) No caso de caução em dinheiro, a garantia da proposta deverá ser prestada em moeda corrente nacional por meio de depósito identificado, em conta bancária de titularidade do órgão licitante a seguir indicada, devendo a descrição, no documento comprobatório do depósito, constar o número e ano da licitação a que se refere a garantia. Segue:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	FAVORECIDO
Caixa Econômica Federal	059	574428067-3	Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ: 17.901.209/0001-29
ATENÇÃO:		ESCOLHENDO ESTA OPÇÃO, A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR NA PLATAFORMA LICITANET – WWW.LICITANET.COM.BR , O COMPROVANTE DE DEPÓSITO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	

- 4.17.8) A garantia de proposta apresentada na forma de fiança bancária deverá ser contratada junto a instituições bancárias que cumpram os requisitos e as demais exigências para sua regular atuação, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- 4.17.9) Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada na modalidade de Seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora nacional, ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia.
- 4.17.10) Caso a garantia de proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

disposições editalícias, inclusive cláusulas limitadoras ou de isenção de responsabilidade, deverá a proponente apresentar endosso, emitido pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente licitação, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas neste documento.

- 4.17.11) Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada em títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 4.17.12) Encerrada a licitação, as garantias das propostas de cada proponente e da adjudicatária serão devolvidas em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme previsto no §2º, do art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.17.13) O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas proponentes em decorrência de sua participação na licitação dará causa à execução da garantia da proposta, mediante notificação pelo órgão licitante à proponente inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste documento, ou na legislação aplicável.
- 4.17.14) Nas hipóteses abaixo, a proponente (empresa licitante) sofrerá multa equivalente ao valor integral da garantia da proposta. Segue:
- A) De desistência da proposta comercial apresentada junto a plataforma eletrônica que tramitar a **certame licitatório (PREGÃO ELETRÔNICO)**;
- B) De desistência da apresentação da proposta de preço reformulada após a ocorrência da sessão de lances;
- C) Desistência da apresentação dos documentos de habilitação;
- D) Desistência de submissão à prova de conceito, **quando houver**.

Página **41** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

E) Desistência em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO;

- 4.17.15) A garantia da proposta responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas proponentes durante a licitação, até a assinatura do Contrato, até o limite do seu valor.
- 4.17.16) Caso o valor da garantia da proposta seja insuficiente para fazer frente as penalidades e/ou indenizações impostas, a proponente ficará obrigada a pagar pelos valores remanescentes no mesmo prazo indicado para pagamento da penalidade ou indenização a ela imposta.
- 4.17.17) A garantia de proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste documento, deverá ser incondicional e não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela proponente e/ou pelos emitentes das garantias, relativamente à participação da proponente nesta licitação.
- 4.17.18) Justifica-se a exigência da Garantia de Proposta, prerrogativa da Administração Pública prevista no art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de comprovação de que o proponente licitante possui capacidade de cumprir as condições, custos e prazos assumidos ao participar do Processo Licitatório, bem como cobrir, no todo ou em parte, eventuais prejuízos causados ao órgão licitante, nas hipóteses detalhadas no **ITEM – 4.17.14, deste TERMO**, quando o mesmo sofrerá multa equivalente ao valor integral da garantia, respondendo esta, ainda, pelas penalidades e indenizações devidas pelos proponentes durante a licitação, até a assinatura do Contrato, até o limite do seu valor.

4.18) VISTORIA

- 4.18.1) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, mediante o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o fornecedor **poderá** realizar vistoria nas

Página **42** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 h às 12 h, desde que previamente agendada junto à Diretoria de Políticas de Assistência Social, por meio do e-mail **miraci.lemos@aracaju.se.gov.br** ou pelo telefone **(79) 4009-7860**.

- 4.18.2) Serão disponibilizados data e horário distintos aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.18.3) O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á a partir da publicação do edital, estendendo-se até **2 (DOIS) DIAS ÚTEIS** antes do horário previsto para a abertura das propostas.
- 4.18.4) Para a vistoria, o representante designado pelo fornecedor deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e outro documento hábil que demonstre sua representação junto à empresa.
- 4.18.5) Por ocasião da vistoria, o fornecedor poderá solicitar que lhe sejam disponibilizadas, em mídia digital (e-mail, pen drive ou equivalente), informações relativas ao objeto da contratação, a fim de subsidiar a elaboração de sua proposta.
- 4.18.6) O atestado de vistoria poderá ser substituído por **declaração emitida pelo fornecedor**, na qual conste que:**
- A) Conhece as condições locais para a execução do objeto, **ou**, alternativamente, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho;
- B) Assume total responsabilidade por este fato;
- C) Não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme o §2º do art. 63 da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.18.7) A não realização da vistoria **ou** a ausência da declaração substitutiva não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais de prestação dos serviços, devendo o fornecedor assumir integralmente o ônus dos serviços decorrentes.

5) CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1) Será selecionado o fornecedor que apresente proposta com **MENOR PREÇO POR LOTE, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O MENOR PREÇO PARA 12 (DOZE) MESES**, e que cumpra as exigências relativas ao objeto constantes neste Termo de Referência, bem como os critérios de habilitação elencados no Edital e neste Termo de Referência.
- 5.2) As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e de regularidade trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **ANEXO - I, do EDITAL**.
- 5.3) Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor são:
- 5.3.1) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.
- 5.3.1.1) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 5.3.2) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, observado o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1420/2013 quanto à obrigatoriedade de utilização da Escrituração Contábil Digital – ECD.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 5.3.2.1) Os documentos referidos no **ITEM – 5.3.2**, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 5.3.2.2) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social. (vide Acórdão TCU nº 484-12-2007 – Plenário).
- 5.3.2.3) Caso o fornecedor seja classificado como cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112, da Lei nº 5.764/1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 5.3.2.4) No caso de Microempreendedor Individual – MEI, deverá ser apresentada Declaração Anual do Faturamento emitido pelo Portal do Empreendedor, no que couber.

5.3.3) Comprovação da boa situação financeira da empresa LICITANTE, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **IGUAIS ou SUPERIORES a 1 (um), nos 2 (dois) exercícios sociais**, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 5.3.3.1) O atendimento dos índices contábeis detalhados acima, deverão

Página **45** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ser atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, acompanhada de memória de cálculo, com duas casas decimais, desprezando-se as demais, constando o nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, apresentada pelo fornecedor.

- 5.3.3.2) A empresa licitante deverá demonstrar e comprovar através do último **BALANÇO PATRIMONIAL que possui PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de 5% (CINCO POR CENTO) do valor total estimado da contratação**, conforme estabelece art. 69, §4º da Lei Federal nº. 14.133/2021. **Segue demonstração do cálculo:**

A	B	C	D
LOTE	VALOR TOTAL MÁXIMO DESTA CONTRATAÇÃO – R\$ (VER ITEM – 26.1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA)	PERCENTUAL MÍNIMO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGIDO - %	VALOR MÍNIMO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO QUE DEVERÁ SER COMPROVADO PELA EMPRESA LICITANTE – R\$ $C = A \times 8\%$
1	13.857.188,52	5%	692.859.43

- 5.4) Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor são:

- 5.4.1) Comprovação de aptidão para a execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação, ou com o item ou grupo pertinente, mediante a apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- 5.4.1.1) Para fins da comprovação de que trata o **ITEM – 5.4.1**, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A	B	C	D
LOTE	QUANTITATIVO TOTAL DE POSTO(S) DE TRABALHO	PERCENTUAL EXIGIDO PARA FINS DE COMPROVAÇÃO	QUANTITATIVO MÍNIMO DE POSTOS DE TRABALHO QUE DEVERÁ SER COMPROVADO PELA EMPRESA LICITANTE $D = B \times C$
1	182 POSTOS DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	50%	91 POSTOS DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)
OBSERVAÇÃO – 1:		A EXIGÊNCIA ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM OS SEGUINTE JULGADOS PUBLICADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU: – INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 418; – INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 168;	
OBSERVAÇÃO – 2:		O QUANTITATIVO MÍNIMO A SER COMPROVADO PELA EMPRESA LICITANTE, CONFORME DESTACADO NA COLUNA – D, DESTA TABELA, PODERÁ SER POSTOS DE TRABALHO, UMA VEZ QUE COMPROVARÁ A APTIDÃO DA LICITANTE NA GESTÃO DE MÃO DE OBRA. TAL ENTENDIMENTO ESTÁ EM SINTONIA COM O JULGAMENTO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, PUBLICADO POR MEIO DO INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TCU Nº 277.	

5.4.1.1.1) Comprove experiência mínima de **02 (dois) anos na prestação dos serviços**, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 02 (dois) anos serem ininterruptos.

5.4.1.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se

Página **47** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

equivale, para fins de comprovação de capacitação técnico-operacional, a uma única contratação.

- 5.4.1.3) Somente será(ao) aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 5.4.1.4) A empresa LICITANTE disponibilizará, caso solicitado pelo agente público, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto.
- 5.4.2) A licitante **deverá** apresentar **declaração formal** de que **instalará e manterá sede, filial e/ou escritório administrativo** no Município de Aracaju ou na Região Metropolitana de Aracaju, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias** contados a partir do início da vigência contratual. A sede, filial e/ou escritório administrativo deverá possuir **instalações físicas e administrativas adequadas** para o funcionamento das estruturas de **coordenação, supervisão e controle operacional**, bem como equipe volante suficiente para substituição de pessoal e atendimento emergencial às **Unidades de Acolhimento da SEMFAS**, durante toda a execução contratual.
- 5.4.3) A empresa licitante deverá apresentar **atestado de vistoria técnica** emitido pelo próprio fornecedor **ou declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da execução contratual**, conforme estabelecido no **ITEM – 4.18, deste Termo de Referência**.
- 5.4.4) A Empresa LICITANTE deverá apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA, devidamente válida, junto ao CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.
- 5.4.5) A Empresa LICITANTE deverá apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, devidamente válida, junto ao CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Página **48** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.4.6) OBSERVAÇÕES SOBRE AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NOS ITENS – 5.4.4 E 5.4.5, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

- A) As exigências previstas no **ITEM – 5.4.4 e 5.4.5, deste TERMO DE REFERÊNCIA**, encontra lastro no ART. 67, V, da LEI Nº 14.133/2021, bem como na consulta técnica realizada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLOG/PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU-SE**, junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA/SE**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2025**. Segue abaixo a resposta técnica do **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA/SE**:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autorização Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61 934 de 22/12/1967

REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE – CRA/SE.

ASSUNTO: Necessidade de registro de pessoa jurídica no CRA-SE. Terceirização de mão de obra.

PARECER JURÍDICO

1. RELATÓRIO.

O **GARCEZ & GOES ADVOCACIA**, assessoria jurídica contratada, fora provocado pelo **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE – CRA-SE**, para realizar análise jurídica da (des)necessidade de registro junto ao CRA-SE de empresas que tem como atividade a terceirização, locação e cessão de mão de obra.

O tema possui entendimento consolidado por parte do CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA e também por parte deste regional, mas tal assunto teve nova sugestão de análise em razão do Edital de Pregão Eletrônico nº 73/2025/SEPLOG que requer a comprovação de registros das empresas no CRA-SE.

Diante da dúvida levantada por outras empresas participantes acerca da necessidade de registro, é confeccionado o presente parecer.

2. ANÁLISE E CONCLUSÃO JURÍDICA.

O CRA/SE, no cumprimento de seu dever de fiscalização e zelo das atividades relativas à função de administradores, foi questionado acerca da necessidade de comprovação de inscrição no Conselho Regional de Administração por parte das empresas que **empresas que lidam com terceirização de mão de obra**, obrigação que foi que imposta pelo Edital Pregão Eletrônico nº 73/2025/SEPLOG.

Como se demonstrará a seguir, o registro dessas empresas no Conselho é requisito para o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública aplicados aos procedimentos licitatórios, a preservação da profissão de administrador e também a garantia da prestação de um serviço adequado a população sergipana.

Administrador: profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.:(79)3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 19/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

O núcleo da discussão diz respeito à **obrigatoriedade ou não da exigência de registro no Conselho Regional de Administração de Sergipe – CRA-SE de empresas que lidam com terceirização de mão de obra** quando participantes em licitações do Poder Público em geral, em especial com relação às licitações iniciadas pelos Municípios no estado de Sergipe.

Sobre o tema, importante inicialmente pontuar que a Lei nº 6.839/1980¹ estabelece:

"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros"

Seguindo o parâmetro legal para o **juízo de obrigatoriedade ou não do registro deve ser analisada a atividade desempenhada por esse tipo de empresa.**

No caso do edital, é possível observar principalmente o fornecimento de mão de obra e material, deslocamento e equipamentos, envolvendo principalmente as funções de seleção e gestão de pessoal, pesquisas e análises de campo e planejamento.

Neste sentido a Lei nº 4.769/1965², consigna nos **arts. 2º e 15** traz especificadamente quais as atividades privativas do profissional da Administração, ao passo que, havendo enquadramento da atividade desenvolvida pela **PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA**, é **obrigatório o registro no respectivo conselho de fiscalização profissional.**

É sabido também que o Superior Tribunal de Justiça – STJ já firmou precedente no sentido de que **"para obrigatoriedade de registro em conselho profissional é determinado pela atividade básica da empresa ou pela natureza dos serviços prestados"** – AgRg no AREsp 607.817/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.5.2015.

¹ Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

² Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79)3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autorização Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

Esse entendimento é o paradigma mais importante no âmbito prático para definir qual atividade desenvolvida leva à obrigatoriedade de empresa deve manter registro junto aos Conselhos de Fiscalização profissionais.

Em reforço à tese o CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA julgou obrigatório o registro de empresas que lidam com tal atividade, por explorarem atividades pertinentes ao campo da administração mediante Acórdão nº 06/2011 do CFA.

As empresas que trabalham com terceirização de mão de obra lidam diretamente com diversas atividades descritas no art. 2º da Lei nº 4.769/1965, por exemplo, “relatórios, planos, projetos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior” (art. 2º, alínea a) e “pesquisas, estudos, análises [...], planejamento, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração [...], seleção de pessoal [...] administração financeira” (art. 2º, alínea b).

Afinal, para que exerçam em plenitude a sua atividade base certamente terão que percorrer atividades que integram o campo privativo do profissional da Administração.

A atividade empresarial descrita, dentre tantos outros fatores lida com a seleção de pessoal, administração financeira, planejamento, relações públicas, o que justifica a **exigência técnica da capacidade de administrar.**

Ora, para trabalhar com terceirização é necessário obrigatoriamente o exercício de atividades como a seleção de pessoal, o treinamento dos contratados, a administração desses terceirizados e a gerência de suas atividades, todas essas atividades que são enquadradas nas previstas no artigo 2º da lei supramencionada.

O registro dessas empresas junto aos CRA's serve como uma garantia de que estes irão executar e responder técnica e eticamente por todas as atividades da área do profissional da Administração **e que qualquer irregularidade ou incapacidade técnica o profissional poderá ser punido com base no Código de Ética Profissional do Administrador.**

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79)3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61 - 934 de 22/12/1967

Essa necessidade se mostra ainda mais flagrante no âmbito da administração pública, que é balizada pelos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, conforme previsto no artigo 37 da CF/88.

Além disso, o artigo o art. 67, II da Lei 14.133/21 estabelece a forma de demonstração da capacidade técnica:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei."

Ou seja, a demonstração deve ser realizada **primeiro mediante o devido registro da empresa no respectivo conselho profissional**. Trata-se de exigência legal prevista na nova lei de licitações.

Além disso, a qualificação se dará através da apresentação de atestados, os quais poderão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Em qualquer caso, deverão estar registrados nas entidades profissionais competentes.

O registro é indisponível, é requisito de confiabilidade, norma de ordem pública, estritamente destinada à proteção do interesse público. **Aplica-se nesses casos o princípio da indisponibilidade do interesse público.**

A indisponibilidade do registro tem por fim maior garantir a administração pública no que tange à procedência e à coerência dos profissionais, tendo em vista as condições irrestritas em que são admitidos e compõem o quadro do conselho pertinente.

Administrador: profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autoria Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.434 de 22/12/1967

O registro dos profissionais no Conselho Profissional competente não constitui formalidade inútil, não se enquadrando no tipo de formalismo deletério ao Processo Seletivo.

Este também é o entendimento harmônico e consolidado do Supremo Tribunal Federal - STF, conforme ementa:

CONCURSO PÚBLICO - QUALIFICAÇÃO - EXERCÍCIO PROFISSIONAL. A exigência de especificidade, no âmbito da qualificação, para a feitura de concurso público não contraria o disposto no inciso XIII do artigo 5. da Constituição Federal, desde que prevista em lei e consentanea com os diplomas regedores do exercício profissional. (STF - MS: 21733 RS, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 09/02/1994, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: DJ 08-04-1994 PP-07227 EMENT VOL-01739-04 PP-00680)

O Tribunal Regional Federal da 5ª região – TRF5 também entende pela necessidade de retificação de edital de certame público para que conste este requisito, conforme ementas:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RETIFICAÇÃO DE EDITAL. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. REGISTRO PROFISSIONAL POR OCASIÃO DA INVESTIDURA NO CARGO. I. O Conselho Regional de Educação Física - CREF 10 impetrou mandado de segurança contra ato do Prefeito do Município de Boa Saúde/RN, objetivando a retificação do Edital n.º 01/2014 para que faça constar como requisito de investidura no cargo de Professor de Educação Física a inscrição do aprovado no respectivo Conselho. II. O MM. juiz "a quo" concedeu a segurança, tendo em vista a necessidade de inscrição no conselho profissional pelo candidato que exerce o cargo de professor de educação física. III. O STJ tem adotado o entendimento de que a exigência da comprovação de inscrição no Conselho de Educação Física somente é necessária no momento da posse no cargo, não por ocasião da inscrição no concurso. (RMS 26316/RJ. Rel.: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. DJe: 15/06/2011). IV. Remessa oficial improvida. (TRF-5 - Apelação: 08049169720144058400, Relator: Desembargador Federal Leonardo Carvalho, Data de Julgamento: 01/08/2017, 2ª Turma)

EMENTA ADMINISTRATIVO. REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.709 de 09/06/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO PROFISSIONAL. CABIMENTO.

ART. 1º DA LEI Nº 9.696/98. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL.

REMESSA IMPROVIDA. 1. Remessa ex officio de sentença que concedeu a segurança, ratificando os termos da liminar, para determinar que a autoridade coatora proceda à retificação do Edital nº 02/2020 do Município de Monte Alegre/RN, a fim de que a contratação para o cargo de Professor de Educação Física se dê com a comprovação do registro no respectivo conselho profissional. 2. Hipótese em que o edital do concurso em questão apenas exigia, para o cargo de Professor de Educação Física, o respectivo curso superior, não mencionando o registro ou a inscrição no Conselho Profissional. 3. O STJ pacificou entendimento no sentido de que, nos termos do art. 1º da Lei 9.696/1998, o exercício das atividades de Educação Física no ensino fundamental, médio e superior é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física. Precedentes: RESP 201600343399, Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJE 01/08/2017; AIRES 201601804799, Min. FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, DJE 13/06/2017; AGARESP 201502842275, Min. DIVA MALERBI (CONVOCADA) Segunda Turma, DJE 10/03/2016. 4. Destarte, não merece reparos a sentença que determinou a retificação do aludido edital, tendo em vista que atividades desempenhadas pelo referido cargo são reservadas, por expressa previsão legal, ao profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Educação Física. 5. Precedentes: 08001805420194058402, APEL-REEX - DES. FEDERAL EDILSON NOBRE, 4ª Turma, 29/08/2019; 08031549320164058200, APELREEX - DES. FEDE-RAL LEONARDO RESENDE MARTINS (CONVOCADO), 1ª Turma, 03/12/2018; 08000023320184058405, APELREEX - DES. FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, 3ª Turma, 29/09/2018. 6. Remessa oficial desprovida. Mjc

(TRF-5 - RecNec: 08042473420204058400, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, Data de Julgamento: 06/07/2021, 4ª TURMA)

Além do enquadramento legal evidente, são fartos os casos judiciais a respeito de empresas que atuam na área da terceirização de mão de obra em que se **reconheceu a obrigatoriedade de registro no conselho profissional**.

São alguns dos precedentes:

- TRF1 – AC 0067551-66.1999.4.01.0000/ PA, Rel. JUIZ FEDERAL CARLOS EDUARDO CASTRO MARTINS, Data de julgamento: 08/10/2012;

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autorquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

- TRF3 – 1ª Vara Cível Federal de São Paulo – PROCEDIMENTO COMUM (7) Nº 5021160-77.2018.4.03.6100, MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI, JUIZ FEDERAL, Data da Sentença: 14/11/2019;
- TRF5 – Primeira Turma, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801984-97.2018.4.05.8400 (PJE), Relator Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHO (Convocado), julgado em: 04/06/2020
- TJ/BA – Vara Cível, MS 8000776-90.2018.8.05.0235, juíza de direito Emília Gondim Teixeira, Data de julgamento 09/04/21, Data de Publicação 12/04/2021

Em todos os casos acima mencionados, as empresas envolvidas com terceirização de mão de obra foram obrigadas a registrar-se no conselho profissional. As decisões judiciais estão sintetizadas no seguinte entendimento:

“a empresa realiza programas de capacitação para que seus funcionários exerçam suas funções com responsabilidade, bem como seleciona profissionais com capacitação técnica para exercer as suas funções com segurança, produtividade e eficiência. Assim, notório afirmar que a Apelante pratica atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, oferecendo aos seus clientes mão de obra necessária à execução dos serviços que presta, de modo que suas funções se enquadram naquelas previstas na legislação como típicas do Administrador.”

(TRF5 – Primeira Turma, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801984-97.2018.4.05.8400 (PJE), Relator Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHO (Convocado), julgado em: 04/06/2020)

Desta forma, há respaldo legal e suporte jurisprudencial para que se obrigue ao registro no Conselho as empresas que desenvolvem a atividade de terceirização de mão de obra.

Aracaju/SE, 17 de outubro de 2025.

RAPHAEL GOES
CARVALHO OLIVEIRA

Assinado de forma digital por
RAPHAEL GOES CARVALHO OLIVEIRA
Dados: 2025.10.17 14:33:02 -03'00'

GARCEZ & GOES ADVOCACIA
ASSESSORIA JURÍDICA

Administrador: profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79)3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Documento 001845/2023
página 12 da peça unificada
OFICIR - Nº 11/2024
DITEC - DIRETORIA TÉCNICA
página 1

Ofício Circular nº 0011/2024 - DITEC

Aracaju, 26 de fevereiro de 2024.

Aos jurisdicionados

Assunto: Exigência de inscrição de empresas no CRA-SE – Protocolo TC 001845/2023.

Prezados jurisdicionados,

De ordem da Excelentíssima Conselheira Presidente Susana Maria Fontes Azevedo de Freitas, informamos a Vossa Excelência a necessidade do registro das empresas no Conselho Regional de Administração de Sergipe – CRA/SE em editais de licitação que contratem empresas que explorem a terceirização de mão de obra, conforme ofício 7309/2023/CRA-SE em anexo.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente
EDSON BRASIL FILHO
Direto Técnico

Arquivo assinado digitalmente por EDSON BRASIL FILHO:10237003520 em 26/02/2024 16:26:43
ilide a autenticidade deste em <http://etoe.tce.se.gov.br:4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código 4C798707661608FB955F85778469733E

Página 57 de 158

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

Documento 001845/2023
página 2 da peça unificada
OFÍCIO
página 2

Ofício Nº ~~309~~ 2023/CRA-SE

Assunto: exigência de inscrição de empresas no CRA-SE em editais de licitação que visem a contratação de empresas de terceirização de mão de obra.

Excelentíssimo Sr.

FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo desta oportunidade para manifestar interesse iniciar interlocução com este Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, a fim de demonstrar a pertinência de se exigir, via normativo próprio, a inscrição de empresas no Conselho Regional de Administração de Sergipe - CRA/SE em editais de licitação que contratem empresas que explorem a terceirização de mão de obra.

O normativo vem no sentido de condicionar os Municípios sergipanos e demais entidades da Administração Pública Direta e Indireta a exigir tal requisito quando realizadas licitações para contratação de empresas que terceirizem mão de obra.

Tal normativo visa assegurar o interesse dos destinatários do serviço público, sua eficiência, o respeito às regras e princípios da Administração e também proteger toda a profissão de Administrador(a), ao assegurar o exercício legal da profissão.

A fim de elucidar maiores detalhes da proposta, segue anexo memorando.

Respeitosamente,


Adm. CARLOS MENEZES CALASANS ELOY DOS SANTOS FILHO
PRESIDENTE DO CRA/SE

Arquivo iniciado por SILMA DA SILVA FRANCO em 07/09/2023 09:33:34
e a autenticação de dados, no endereço <https://aracaju.tdoc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C>
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador www.crase.org.br - E-mail crase@crase.org.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



OFÍCIO
página 3

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autoria Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

AO EXCELENTÍSSIMO SR. FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE -
TCE/SE

EMENTA

Registro de empresa no Conselho de Classe.
Empresas de terceirização de mão de obra.
Necessidade de registro. Precedentes judiciais. Garantia de proteção da profissão e do serviço prestado. Eficiência e legalidade da Administração Pública.

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE - CRA/SE, autarquia federal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ de número 15.615.776/0001-93, com sede na Rua Senador Rollemberg, número 513, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49015-120, representada neste ato por seu atual presidente, o Adm. Carlos Menezes Calazans Eloy Dos Santos Filho, vem ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, na pessoa do seu coordenador jurídico para buscar apoio institucional sobre o assunto a seguir descrito.

1. DA NECESSIDADE DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CRA/SE. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. PROTEÇÃO DA PROFISSÃO E DO SERVIÇO PRESTADO NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS.

O CRA/SE, no cumprimento de seu dever de fiscalização e zelo das atividades relativas à função de administradores foi alertado, mediante série de denúncias, que variados Municípios do estado de Sergipe estão realizando licitação para contratação de **empresas que lidam com terceirização de mão de obra** sem a exigência no edital de comprovação de inscrição destas e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Administração de Sergipe - CRA/SE.

Como se demonstrará a seguir, o registro dessas empresas no Conselho é requisito importante para o cumprimento dos princípios constitucionais da administração

Administrador, profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.396
Aracaju-Sergipe-Brasil


Portal do Administrador: www.crase.org.br E-mail: crase@crase.org.br

Arquivo incluído por SILVIA DA SILVA TRANCOSO em 07/09/2023 às 09:39:34

Valide a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br:4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

 CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE <small>Autorizada Federal criada pela Lei nº 4.769 de 05/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967</small> pública aplicados aos procedimentos licitatórios, a preservação da profissão de administrador e também a garantia da prestação de um serviço adequado a população sergipana.	Documento 001845/2023 página 4 da peça unificada OFÍCIO página 4
---	---

O núcleo da discussão diz respeito à **obrigatoriedade ou não da exigência de registro no Conselho Regional de Administração de Sergipe – CRA/SE de empresas que lidam com terceirização de mão de obra** quando participantes em licitações do Poder Público em geral, em especial com relação às licitações iniciadas pelos Municípios no estado de Sergipe.

Sobre o tema, importante inicialmente pontuar que a Lei nº 6.839/1980¹ estabelece:

"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros"

Seguindo o parâmetro legal para o **juízo de obrigatoriedade ou não do registro deve ser analisada a atividade desempenhada por esse tipo de empresa.**

Neste sentido a Lei nº 4.769/1965², consigna nos arts. 2º e 15 traz especificadamente quais as atividades privativas do profissional da Administração, ao passo que, havendo enquadramento da atividade desenvolvida pela PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA, **é obrigatório o registro no respectivo conselho de fiscalização profissional.**

É sabido também que o Superior Tribunal de Justiça – STJ já firmou precedente no sentido de que **"para obrigatoriedade de registro em conselho profissional é determinado pela atividade básica da empresa ou pela natureza dos serviços prestados"** – AgRg no AREsp 607.817/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.5.2015.

¹ Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

² Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.
Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.396
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.cra-se.org.br e atendimento@cra-se.org.br
Arquivo incluído por SICRA/BRASIL: www.sicra.org.br e atendimento@sicra.org.br
slide a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br:4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

Esse entendimento é o paradigma mais importante no âmbito prático para definir qual atividade desenvolvida leva à obrigatoriedade de empresa deve manter registro junto aos Conselhos de Fiscalização profissionais.

Em reforço à tese o CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA julgou obrigatório o registro de empresas que lidam com tal atividade, por explorarem atividades pertinentes ao campo da administração mediante Acórdão nº 06/2011 do CPA.

Essas empresas que trabalham com terceirização de mão de obra lidam diretamente com diversas atividades descritas no art. 2º da Lei nº 4.769/1965, por exemplo, “relatórios, planos, projetos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior” (art. 2º, alínea a) e “pesquisas, estudos, análises [...], planejamento, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração [...], seleção de pessoal [...] administração financeira” (art. 2º, alínea b).

Afinal, para que exerçam em plenitude a sua atividade base certamente terão que percorrer atividades que integram o campo privativo do profissional da Administração.

A atividade empresarial descrita, dentre tantos outros fatores lida com a seleção de pessoal, administração financeira, planejamento, relações públicas, o que justifica a exigência técnica da capacidade de administrar.

Ora, para trabalhar com terceirização é necessário obrigatoriamente o exercício de atividades como a seleção de pessoal, o treinamento dos contratados, a administração desses terceirizados e a gerência de suas atividades, todas essas atividades que são enquadradas nas previstas no artigo 2º da lei supramencionada.

O registro dessas empresas junto aos CRA's serve como uma garantia de que estes irão executar e responder técnica e eticamente por todas as atividades da área do profissional da Administração e que qualquer irregularidade ou incapacidade técnica o profissional poderá ser punido com base no Código de Ética Profissional do Administrador.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: www.cra-se.org.br e-mail: cra-se@aracaju.se.gov.br

Arquivo PDF do documento: <http://etce.lce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03

página 0 da peça unificada

OFÍCIO

página 5



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Documento 001845/2023
página 6 da peça unificada
OFÍCIO
página 6



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autoridade Federal criada pela Lei nº 4.708 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

Essa necessidade se mostra ainda mais flagrante no âmbito da administração pública, que é balizada pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade e Eficiência, conforme previsto no artigo 37 da CF/88.

Além disso, o artigo O Art. 67, II da Lei 14.133/21 estabelece a forma de demonstração da capacidade técnica:

" Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei."

Ou seja, a demonstração deve ser realizada através da apresentação de atestados, os quais poderão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Em qualquer caso, deverão estar registrados nas entidades profissionais competentes.

O registro é indisponível, é requisito de confiabilidade, norma de ordem pública, estritamente destinada à proteção do interesse público. **Aplica-se nesses casos impecavelmente o princípio da indisponibilidade do interesse público.**

A indisponibilidade do registro tem por fim maior garantir a administração pública no que tange à procedência e à coerência dos profissionais, tendo em vista as condições irrestritas em que são admitidos e compõem o quadro do conselho pertinente.

Por ter esse fim maior, irrecusável exatamente por isso, o registro dos profissionais no Conselho Profissional competente não constitui formalidade inútil, não se enquadrando no tipo de formalismo deletério ao Processo Seletivo.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79)3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: www.crae.org.br E-mail: crae@crae.org.br

Arquivo incluído por SILVIA DA SILVA MOURA COSTA 437570397 em 07/09/2023 09:19:34
Valide a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br:4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D80569F03



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Documento 001845/2023
página 7 da peça unificada

OFÍCIO
página 7



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autoria Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.534 de 22/12/1967

Este também é o entendimento harmônico e consolidado do Supremo Tribunal Federal - STF, conforme ementa:

CONCURSO PÚBLICO - QUALIFICAÇÃO - EXERCÍCIO PROFISSIONAL. A exigência de especificidade, no âmbito da qualificação, para a feitura de concurso público não contraria o disposto no inciso XIII do artigo 5. da Constituição Federal, desde que prevista em lei e consentânea com os diplomas regedores do exercício profissional. (STF - MS: 21733 RS, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 09/02/1994, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: DJ 08-04-1994 PP-07227 EMENT VOL-01739-04 PP-00680)

O Tribunal Regional Federal da 5ª região – TRF5 também entende pela necessidade de retificação de edital de certame público para que conste este requisito, conforme ementas:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RETIFICAÇÃO DE EDITAL. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. REGISTRO PROFISSIONAL POR OCASIÃO DA INVESTIDURA NO CAR-GO I. O Conselho Regional de Educação Física - CREF 10 impetrou mandado de segurança contra ato do Prefeito do Município de Boa Saúde/RN, objetivando a retificação do Edital n.º 01/2014 para que faça constar como requisito de investidura no cargo de Professor de Educação Física a inscrição do aprovado no respectivo Conselho. II. O MM. juiz "a quo" concedeu a segurança, tendo em vista a necessidade de inscrição no conselho profissional pelo candidato que exerce o cargo de professor de educação física. III. O STJ tem adotado o entendimento de que a exigência da comprovação de inscrição no Conselho de Educação Física somente é necessária no momento da posse no cargo, não por ocasião da inscrição no concurso. (RMS 26316/RJ, Rel.: Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe: 15/06/2011). IV. Remessa oficial improvida.

(TRF-5 - Apelação: 08049169720144058400, Relator: Desembargador Federal Leonardo Carvalho, Data de Julgamento: 01/08/2017, 2ª Turma)

EMENTA ADMINISTRATIVO. REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO PROFISSIONAL. CABIMENTO. ART. 1º DA LEI Nº 9.696/98. PRECEDENTES DO STJ E DESTES TRIBUNAL. REMESSA IMPROVIDA. 1. Remessa ex officio de

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398

Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br

Arquivo incluído por SILVIA MARIA SILVA TRINCO em 07/09/2023 às 13:54

a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145ESC9623D60569F03



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autoria Federal criada pela Lei nº 4.708 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 81.534 de 22/12/1967

sentença que concedeu a segurança, ratificando os termos da liminar, para determinar que a autoridade coatora proceda à retificação do Edital nº 02/2020 do Município de Monte Alegre/RN, a fim de que a contratação para o cargo de Professor de Educação Física se dê com a comprovação do registro no respectivo conselho profissional. 2. Hipótese em que o edital do concurso em questão apenas exigia, para o cargo de Professor de Educação Física, o respectivo curso superior, não mencionando o registro ou a inscrição no Conselho Profissional. 3. O STJ pacificou entendimento no sentido de que, nos termos do art. 1º da Lei 9.696/1998, o exercício das atividades de Educação Física no ensino fundamental, médio e superior é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física. Precedentes: RESP 201600343399, Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJE 01/08/2017; AIRES 201601804799, Min. FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, DJE 13/06/2017; AGARESP 201502842275, Min. DIVA MALERBI (CONVOCADA) Segunda Turma, DJE 10/03/2016. 4. Destarte, não merece reparos a sentença que determinou a retificação do aludido edital, tendo em vista que atividades desempenhadas pelo referido cargo são reservadas, por expressa previsão legal, ao profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Educação Física. 5. Precedentes: 08001805420194058402, APEL-REEX - DES. FEDERAL EDILSON NOBRE, 4ª Turma, 29/08/2019; 08031549320164058200, APELREEX - DES. FEDERAL LEONARDO RESENDE MARTINS (CONVOCADO), 1ª Turma, 03/12/2018; 08000023320184058405, APELREEX - DES. FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, 3ª Turma, 29/09/2018. 6. Remessa oficial desprovida. Mjc (TRF-5 - RecNec: 08042473420204058400, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, Data de Julgamento: 06/07/2021, 4ª TURMA)

Além do enquadramento legal evidente, são fartos os casos judiciais a respeito de empresas que atuam na área da terceirização de mão de obra em que se reconheceu a obrigatoriedade de registro no conselho profissional.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.
Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.396
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br
Arquivo incluído por SILMA DA SILVA TRANCOSO 41437870597 em 07/09/2023 09:39:34
a autenticidade deste em <http://etoe.foe.se.gov.br:4448/PecalUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.709 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967
São alguns dos precedentes:

- TRF1 – AC 0067551-66.1999.4.01.0000/ PA, Rel. JUIZ FEDERAL CARLOS EDUARDO CASTRO MARTINS, Data de julgamento: 08/10/2012;
- TRF3 – 1ª Vara Cível Federal de São Paulo – PROCEDIMENTO COMUM (7) Nº 5021160-77.2018.4.03.6100, MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI, JUIZ FEDERAL, Data da Sentença: 14/11/2019;
- TRF5 – Primeira Turma, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801984-97.2018.4.05.8400 (PJE), Relator Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHO (Convocado), julgado em: 04/06/2020
- TJ/BA – Vara Cível, MS 8000776-90.2018.8.05.0235, juíza de direito Emília Gondim Teixeira, Data de julgamento 09/04/21, Data de Publicação 12/04/2021

Em todos os casos acima mencionados, as empresas envolvidas com terceirização de mão de obra foram obrigadas a registrar-se no conselho profissional.

As decisões judiciais estão sintetizadas no seguinte entendimento:

“a empresa realiza programas de capacitação para que seus funcionários exerçam suas funções com responsabilidade, bem como seleciona profissionais com capacitação técnica para exercer as suas funções com segurança, produtividade e eficiência. Assim, notório afirmar que a Apelante pratica atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, oferecendo aos seus clientes mão de obra necessária à execução dos serviços que presta, de modo que suas funções se enquadram naquelas previstas na legislação como típicas do Administrador.”

(TRF5 – Primeira Turma, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801984-97.2018.4.05.8400 (PJE), Relator Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHO (Convocado), julgado em: 04/06/2020)

Desta forma, há respaldo legal e suporte jurisprudencial para que se obrigue ao registro no conselho as empresas que desenvolvem a atividade de terceirização de mão de obra.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.
Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79)3214.2229/3214.398
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.crase.org.br - E-mail: crase@crase.org.br
Arquivo incluído por SILVIA DE S. SILVA em 07/03/2023 09:33:44
Ide a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D80568F03



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Documento 001845/2023
página 10 da peça unificada
OFÍCIO
página 10



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE
Autoria Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

2. DA PROPOSTA.

Ante o exposto, solicitamos ao Excelentíssimo Presidente que leve à apreciação desta Corte de Contas a necessidade de **normatização** dirigida aos Municípios e demais entidades da administração direta e indireta. A normatização é no sentido de exigir que editais de licitação que versem sobre terceirização de mão de obra tenham como o requisito de habilitação a inscrição das empresas no Conselho Regional de Administração de Sergipe - CRA/SE.

Contamos desde já com
a sua honrosa colaboração.

Aracaju/SE, 15 de fevereiro de 2023.

CARLOS MENEZES CALASANS ELOY DOS SANTOS FILHO
PRESIDENTE DO CRA/SE

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.
Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.39E
Aracaju-Sergipe-Brasil
Portal do Administrador: www.cra-se.org.br E-mail: cra-se@cra-se.org.br
Arquivo incluído por SILVIA DA SILVA TORRES SOUZA em 07/03/2023 às 13:33
le a autenticidade deste em <http://etce.lce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60568F03

Página 66 de 158

Centro Administrativo "Prefeito Aloísio Campos" – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE

Assinado por 3 pessoas: MIRCILENE DOS SANTOS, MIRACI DOS SANTOS LEMOS e LUCIANO PAZ XAVIER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C> e informe o código FF5B-CEC0-C48F-131C





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



TCÉSE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10 /2024

Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2024 que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE** e o **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE – CRA/SE**, e o fim que nele se declara.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**, com sede na Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo Governador “Augusto Franco” – Bairro Capucho, em Aracaju/SE - CEP: 49.081-020, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03, representado neste ato pelo Conselheiro Presidente, **SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS**, brasileira, maior, capaz, portadora da Cédula de Identidade nº 3XX.16, expedida pela SSP/SE, CPF nº 294.XXX.XXX-68, e, do outro lado a **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE – CRA/SE**, com sede na Rua Senador Rollemberg, nº 513, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49015-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.615.776/0001-93, neste ato representado por seu Presidente, Adm. **CARLOS MENEZES CALAZANS ELOY DOS SANTOS FILHO**, inscrito no CPF nº 986.571.195-87, R.G. nº 1.276.202-4 SSP/SE, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, de acordo com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a cooperação técnica/logística entre o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e o Conselho Regional de Administração de Sergipe, visando intercâmbio de conhecimentos e experiências em temas de interesse comum, ao desenvolvimento e fomento ao planejamento estratégico dos municípios sergipanos, à organização e promoção de cursos e outros eventos em parceria, à cooperação em programas, projetos e atividades conjuntas, ao fortalecimento das ações voltadas para a qualificação dos agentes públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e cidadãos do Estado de Sergipe, e da integração entre as iniciativas realizadas pelas partes.

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo “Gov. Augusto Franco” Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Para consecução dos objetivos desse Acordo, assumem as partes as seguintes obrigações:

- 1 - Promover conjuntamente eventos, tais como: seminários, cursos, palestras, edições de informativos ou outras atividades culturais, relativas à área de gestão, que julgarem relevantes;
- 2 – Assegurar as condições técnicas operacionais necessárias ao pleno desenvolvimento e acompanhamento das ações previstas no item 1;
- 3 – Informar sempre que as partes tiverem conhecimento de fatos praticados com o intuito de fraude, conluio ou artifício doloso contra o Erário, ou que neles estejam envolvidas, direta ou indiretamente, profissionais de Administração e exigirão providências cabíveis;
- 4 – Disponibilizar cursos e professores ou tutores para cursos a serem ministrados no âmbito da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente acordo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá vigência de 12 meses a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, até o limite legalmente permitido, devendo a parte interessada em sua prorrogação comunicar a sua intenção com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. Todos os procedimentos administrativos bem como todos os serviços necessários ao pleno funcionamento dessa parceria serão iniciados imediatamente após a assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESILIÇÃO

5.1. Esse acordo poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e resiliado de pleno direito por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo “Gov. Augusto Franco” Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



supervisão de norma legal ou de fato que torne o material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

5.2. O presente acordo também poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, mediante prévia notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do objetivo do Acordo a ser firmado, por se tratar de atividade regida pelo princípio da parceria/reciprocidade.

6.2. O presente Acordo não gera nenhuma obrigação pecuniária entre as partes, não cabendo reembolso de nenhuma atividade decorrente.

6.3. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamento, comunicação entre entidades e outras, correrão por conta de dotações orçamentárias de cada um dos partícipes.

6.4. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos signatários, mediante aditamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICIDADE

7.1. O presente Acordo de Cooperação será publicado na íntegra no Diário Oficial de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da cidade de Aracaju, capital de Sergipe, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a ser originadas por ocasião de execução deste Termo de Acordo, com prévia e expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem juntas e acordadas, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença da interveniente e das testemunhas abaixo.

Avenida Conselheiro Inácio Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo “Gov. Augusto Franco” Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



TCESE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Aracaju, 28 de fevereiro de 2024.

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas
Conselheira Presidente do Tribunal de Contas de Sergipe
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Carlos Menezes Calazans Eloy dos Santos Filho
Presidente
Conselho regional de Administração do Estado de Sergipe

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo "Gov.
Augusto Franco" Bairro Capucho – CEP 49061-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300

B) Inclusive, tais exigências foram ratificadas pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE/SE**, por meio da **DECISÃO TC Nº 26.246-PLENO, DE 06.11.2025**, apensada ao processo TCE-SE – **PROTOCOLO TC 011778/2025**.

Página **70** de **158**

Centro Administrativo "Prefeito Aloísio Campos" – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.4.7) A LICITANTE deverá apresentar declaração, como condição para participação no certame e para a eventual celebração do contrato com o Município, atestando que a futura contratada cumpre integralmente a cota legal de aprendizes, nos termos dos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Tal exigência fundamenta-se no disposto nos arts. 92, XVII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a comprovação ser apresentada sempre que solicitada pela Administração.

5.4.8) OBSERVAÇÕES SOBRE AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO ITEM – 5.4.7, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

A) A exigência prevista no **ITEM – 5.4.7, deste TERMO DE REFERÊNCIA**, encontra fundamento no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Termo de Conciliação firmado nos autos da Ação Civil Pública nº **0000556-92.2023.5.20.0008**, promovida pelo Ministério Público do Trabalho perante a 8ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE, da qual é parte o Município de Aracaju.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

TERMO DE CONCILIAÇÃO – PROCESSO ACPCiv 0000556-92.2023.5.20.0008

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, nos autos da Ação Civil Pública nº 0000556-92.2023.5.20.0008, que tramita perante a 8ª Vara do Trabalho de Aracaju, Sergipe, e **MUNICÍPIO DE ARACAJU**, doravante denominado compromissado, firmam o presente **Termo de Conciliação**, conforme cláusulas a seguir articuladas.

1. OBJETO

Considerando que o art. 227 da Constituição da República estabelece que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com prioridade absoluta, o direito à educação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, à liberdade e a convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

Considerando que a Constituição da República e a legislação trabalhista proíbem qualquer forma de trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, e, ao menor de 18 anos, em lugares perigosos, insalubres, penosos ou em serviços prejudiciais à sua moralidade;

Considerando que toda criança e adolescente tem especial proteção de sua dignidade, consistindo em dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público em geral assegurar-lhes, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.069/90 (ECA), com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, inclusive com a prioridade quanto à primazia de receber proteção e socorro em

 MPT

1



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

quaisquer circunstâncias, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, considerando a sua especial condição de ser humano em desenvolvimento (art. 227, caput, da Constituição Federal, e arts. 4º, 6º, *caput*, e 7º da Lei nº 8.069/90);

Considerando que o art. 7º da Lei nº 8.069/90 dispõe que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, e o art. 70 do mesmo diploma legal estabelece o dever geral de prevenção;

Considerando que o ECA estabelece no art. 53 que: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho", e que nos arts. 60 a 69 são estabelecidas normas quanto ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho de adolescentes;

Considerando que o art. 429 da CLT e os arts. 51 e seguintes do Decreto nº 9.579/2018 estabelecem o parâmetro normativo da aprendizagem profissional no Brasil;

Considerando que a aprendizagem é um dos instrumentos de política pública de prevenção e erradicação do trabalho infantil, propiciando o ingresso regular e protegido dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal;

Considerando que o Decreto nº 9.579/2018, em seus arts. 53, §2º, e 66, com redação do Decreto nº 11.479/2023, institui a Aprendizagem Social, facilitando a contratação de aprendizes, sendo possível que empresas que tenham dificuldade em alocar aprendizes em seu estabelecimento, seja por falta de ambiente propício para acolhê-los, seja por falta de cursos específicos para sua área de atuação etc., possam pactuar parceria com órgãos públicos, organizações da sociedade



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

civil e unidades do SINASE, para que os aprendizes contratados tenham a experiência prática da aprendizagem nestes locais, priorizando a inclusão de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social e mesmo a priorização da contratação dos seus próprios aprendizes na mesma situação;

Considerando que os arts. 92, XVII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021 impõem que, nos contratos regidos por esta Lei, deve ser garantido o cumprimento das reservas legais de cargos para jovens aprendizes, sendo uma obrigação tanto para a habilitação quanto para a execução contratual;

Considerando a plena possibilidade do programa de aprendizagem profissional no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Aracaju, mediante legislação própria específica, no caso, a Lei Municipal nº 4.949/2017, alterada por meio da Lei nº 6.155/2025, e o art. 58, parágrafo único, do Decreto nº 9.579/2018, com redação dada pelo Decreto nº 11.479/2023.

O COMPROMISSADO se obriga a adotar as seguintes providências, nos prazos fixados em cada cláusula a seguir.

2. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

2.1. O COMPROMISSADO compromete-se a:

- a) Elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias, diagnóstico quantitativo do trabalho infantil, deste ano, no Município de Aracaju, identificando crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho proibido, com coleta de dados suficientes para a visualização da situação de cada uma delas;
- b) Apresentar instrumento/formulário que será utilizado pela Abordagem da Secretaria Municipal da Família e da Assistência do Município de Aracaju, o qual conterá as informações essenciais das crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho proibido, e que será utilizado a partir de janeiro de 2026;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

- c) Instituir um comitê intersetorial entre os órgãos integrantes do sistema de garantia de direitos (Conselhos Tutelares, Secretarias Municipais de Assistência Social, do Trabalho, de Educação, de Esporte, de Saúde, de Administração/Planejamento), desenvolvendo e revisando, obrigatoriamente ao menos uma vez por ano, agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil. Esta agenda deve conter fluxo de atendimento específico para cada modalidade de trabalho infantil flagrada (inclusive em estabelecimentos formais/informais, ruas, feiras livres, trabalho doméstico, áreas rurais, exploração sexual comercial);
- d) Realizar, pelo menos uma vez por mês, em parceria com entidades da sociedade civil, Conselho Tutelar, técnicos das Secretarias e professores, ações de busca ativa/abordagem focadas em identificar e resgatar crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, com equipes multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos), especialmente em: feiras livres, camelódromos, lava-jatos, oficinas mecânicas, obras de construção civil de pequeno porte, bares, restaurantes no período noturno, comércio em geral e demais locais de risco;
- e) Encaminhar as crianças e adolescentes identificados em trabalho irregular às respectivas famílias e para atendimento, por, pelo menos, um dos seguintes aparatos sociais: CRAS, CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Bolsa Família, Mais Educação, Escola em Tempo Integral e Aprendizagem Profissional, conforme protocolo e fluxo de atendimento específico previsto no item "c";
- f) Proceder, imediata e constantemente, ao resgate/cadastro das crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho, e de suas famílias, para efeito de inclusão em programas sociais do município e cadastramento no CADASTRO ÚNICO do Governo Federal, com vistas à inserção no SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, ou em programas de profissionalização específicos do Governo Federal, Estadual ou Municipal, mantido com essa

 MPT



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

finalidade;

g) Manter o programa de aprendizagem na Administração Pública Municipal, executando a Lei Municipal nº 6.155/2025, que alterou o artigo 15 da Lei nº 4.949/2017 (Lei do Jovem Aprendiz), alocando recursos financeiros para contratação de aprendizes, e prevendo tais recursos anualmente no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);

h) A Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS) apresentará a lista de aprendizes com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) aprendizes, selecionados pela Secretaria e que estejam enquadrados em alguma(s) situação(ões) de vulnerabilidade ou risco social de que trata o §2º do art. 53 do Decreto nº 9.579/2018, com redação dada pelo Decreto nº 11.479/2023, quais sejam:

I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;

II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;

III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;

IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;

V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;

VI - jovens e adolescentes com deficiência;

VII - jovens e adolescentes matriculados em instituição de ensino da rede pública, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, incluída a modalidade de educação de jovens e adultos; e

VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído em



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

instituição de ensino da rede pública;

i) Prever em todos os editais de licitação como condição para participação e celebração de contrato com o Município, que a empresa contratada comprove o cumprimento da cota legal de aprendizes (arts. 429 e seguintes da CLT), em conformidade com os arts. 92, XVII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA VIGÊNCIA

O presente termo de conciliação é firmado por prazo indeterminado em relação às obrigações de fazer e seu cumprimento será exigível imediatamente a partir da data da homologação do ajuste pelo Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Aracaju, respeitados os prazos constantes de cada cláusula supra.

4. DA POSSIBILIDADE DE REPACTUAÇÃO

As partes reconhecem que a execução deste Termo de Conciliação poderá demandar ajustes em razão de mudanças fáticas, sociais, legislativas, orçamentárias ou administrativas que dificultem ou inviabilizem o cumprimento integral de alguma cláusula nele prevista.

Nessas hipóteses, o MUNICÍPIO DE ARACAJU poderá formalizar pedido fundamentado de revisão ou prorrogação de prazos, mediante comunicação ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, assegurando-se a abertura de prazo razoável para manifestação deste.

Persistindo a necessidade, será designada audiência de conciliação perante o Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Aracaju, a fim de repactuar as condições do presente acordo, sempre buscando preservar o objeto principal da avença e a efetividade das políticas públicas de proteção integral à criança e ao adolescente. Even-



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO

tual repactuação dependerá de homologação judicial.

5. DAS ASTREINTES

Em caso de descumprimento injustificado de qualquer uma das cláusulas constantes neste acordo, deverão ser fixados astreintes, em valor razoável a cargo do Juízo da execução, a fim de garantir o cumprimento da cláusula ou da ordem judicial substitutiva, analisando o contexto da situação fática.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estando assim ajustados, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos jurídicos desejados.

Aracaju, 26 de agosto de 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADOR DO TRABALHO

Documento assinado digitalmente
EMÍLIA CORRÊA SANTOS BEZERRA
Data: 01/09/2025 17:06:52-0300
verifique em <https://validar.jfj.gov.br>

MUNICÍPIO DE ARACAJU
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU




**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
20ª REGIÃO**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU**

 Documento assinado digitalmente
SIMONE CHRYSTINE SANTANA VALADARES
(data: 26/04/2025 11:37:11 -0300)
verifique em <https://validar.it.gov.br>

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO
PRESIDENTE DA FUNDAT**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.4.9) Justificativa Técnica da Exigência – Cumprimento da Cota Legal de Aprendizizes

A) A exigência de declaração de cumprimento da cota legal de aprendizizes pelas licitantes fundamenta-se nos arts. 429 e seguintes da CLT e nos arts. 92, XVII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, que determinam à Administração Pública o dever de exigir e fiscalizar o atendimento das obrigações trabalhistas por suas contratadas.

B) Além disso, o Município de Aracaju assumiu, no Termo de Conciliação firmado na Ação Civil Pública nº 0000556-92.2023.5.20.0008, perante o Ministério Público do Trabalho, o compromisso de assegurar que todas as empresas contratadas cumpram a cota mínima de aprendizizes.

C) Assim, a exigência é necessária para garantir a regularidade trabalhista, o cumprimento de obrigações legais e judiciais e a promoção da inclusão profissional de adolescentes e jovens aprendizizes.

5.4.8 Em relação às fornecedoras **COOPERATIVAS, informamos que:**

A) Tendo em vista que a presente licitação envolve locação/cessão de mão de obra, com plena subordinação, pessoalidade e habitualidade, logo, **não será permitida a participação de empresa em regime de COOPERATIVA;**

A) Tal entendimento encontra lastro em diversas orientações e julgamentos, entre eles:

📄 **INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TCU Nº 321:**

A permissão à participação de cooperativas em licitações que envolvam **terceirização de serviços com subordinação, pessoalidade e habitualidade** afronta os arts. 4º, inciso II, e 5º da Lei 12.690/2012, a Súmula TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre a União e o Ministério Público do Trabalho, de 5/6/2003, e o art. 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008. A aparente economicidade dos valores

Página **80** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ofertados pelo licitante nesses casos não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração Pública advindo de eventuais ações trabalhistas.

INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TCU Nº 165:

É irregular a participação de cooperativas em licitação cujo objeto se refira a prestação de serviço que exija relações próprias de emprego, como subordinação (hierarquia) e habitualidade (jornada de trabalho) dos trabalhadores.

SÚMULA – TCU Nº 280:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

COMUNICADO Nº 04/2023 – PNCP:

Nº 04/2023 - Participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

A Secretaria de Gestão e Inovação torna público, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), em que ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme Ementa abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

FONTE:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/comunicados/2023/no-04-2023-participacao-de-sociedades-cooperativas-nas-licitacoes-para-contratacao-de-servicos-continuados-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>

6) VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 6.1) Será firmado Termo Contratual, o qual terá prazo de vigência pelo **período de 12 (DOZE) MESES**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de 10 (dez) anos, na forma do artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 6.2) A Empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, após convocação pelo setor responsável pela coleta as assinaturas dos representantes legais das partes, para assinar o Termo Contratual, sob pena, do não cumprimento, de ser convocada a licitante seguinte, desde que preencha os requisitos.

7) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1) Executar o serviço objeto desta contratação de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.2) Refazer ou corrigir, obrigatoriamente, qualquer serviço que esteja em desconformidade no mesmo prazo definido para execução, ou em prazo específico caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo Fiscal do Contrato.
- 7.3) Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada.
- 7.4) Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 7.5) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 7.6) Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual.
- 7.7) A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade.
- 7.8) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 7.9) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do objeto.
- 7.10) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência.
- 7.11) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora.
- 7.12) Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes.
- 7.13) Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato.
- 7.14) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.
- 7.15) A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato.
- 7.16) Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 7.17) Comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, para conhecimento e adoção das providências necessárias, inclusive quanto à análise de viabilidade de manutenção da relação contratual.
- 7.18) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- 7.19) Apresentar, quando solicitado pela Contratante, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
- a) Registro de ponto.
 - b) Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário.
 - c) Comprovante de depósito do FGTS.
 - d) Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional.
 - e) Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
 - f) Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- 7.20) Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, tais como:
- a) Salários.
 - b) Seguros de acidentes.
 - c) Taxas, impostos e contribuições.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- d) Indenizações.
 - e) Vales-refeição.
 - f) Vales-transporte; e
 - g) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 7.21) Apresentar, **MENSALMENTE**, ou em outra periodicidade conforme o caso, as informações e/ou os documentos a seguir listados:
- A) NOTA FISCAL/FATURA.
 - B) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA FEDERAL.
 - C) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA ESTADUAL.
 - D) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA MUNICIPAL.
 - E) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO CRF/FGTS.
 - F) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.
 - G) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E/OU CONCORDATA.
 - H) FOLHA COMPLETA DOS EMPREGADOS ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.
 - I) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.
 - J) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS VALES-TRANSPORTES OU DECLARAÇÃO DE NÃO OPÇÃO DO BENEFICIÁRIO, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.
 - K) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMPREGADOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

L) EXTRATOS COMPROBATÓRIOS DO RECOLHIMENTO DO FGTS E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA (INSS), REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

M) GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E RESPECTIVO COMPROVANTE DE PAGAMENTO OU DARF-INSS ACOMPANHADO DA DCTFWEB E RESPECTIVO COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO, NO CASO DE COMPENSAÇÃO PARCIAL, ESPECÍFICOS DO CONTRATO, REFERENTE AO MÊS ANTERIOR À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

N) FOLHA DE PONTO DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

O) CONTRA-CHEQUES, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

P) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS FÉRIAS.

Q) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO.

- 7.22) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.
- 7.23) Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados.
- 7.24) Apresentar e manter seus empregados em serviço devidamente uniformizados, correndo as despesas por sua conta.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 7.25) Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE.
- 7.26) Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 7.27) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 7.28) Comunicar à Administração do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 7.29) Substituir imediatamente os empregados e prepostos em serviço, mediante solicitação do CONTRATANTE, independente de justificativa.
- 7.30) Apresentar, sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais.
- 7.31) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.
- 7.32) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.33) Comprovar, quando solicitado, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.
- 7.34) Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos locais indicados pelo CONTRATANTE,





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir conforme o estabelecido.

- 7.35) Prever toda mão de obra necessária para garantir à operação dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 7.36) Efetuar a reposição da mão de obra, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 7.37) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.
- 7.38) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições de mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
- 7.39) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 7.40) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada onde houver prestação dos serviços.
- 7.41) A empresa CONTRATADA deverá manter um **ESCRITÓRIO, SEDE e/ou FILIAL no Município de ARACAJU/SE**, com instalações físicas e administrativas necessárias para o adequado funcionamento das estruturas de controle e coordenação, de uma equipe volante suficiente para controle e substituição de pessoal e demais serviços, visando o atendimento diário das demandas da CONTRATANTE.
- 7.42) A empresa CONTRATADA deverá manter permanentemente durante o prazo de vigência do CONTRATO **1 (UM) preposto** com poderes suficientes para representá-la em tudo que se relacionar com os serviços contratados.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 7.43) A empresa CONTRATADA disponibilizará pessoal ao CONTRATANTE, devidamente registrado em CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS, conforme normas previstas na CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT.
- 7.44) **Obrigações relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:**
- 7.44.1) As partes declaram ciência e anuência à obrigação de cumprimento das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação.
 - 7.44.2) A Contratada declara ter ciência de que os dados a que tiver acesso devem ser utilizados apenas para as finalidades indicadas pela Contratante e de acordo com a boa-fé e com os princípios constantes no art. 6º da LGPD.
 - 7.44.3) É expressamente vedado o compartilhamento de dados pessoais.
 - 7.44.4) No caso de uma excepcionalidade, caberá à Contratada informar à Contratante prévia e formalmente, ficando o compartilhamento condicionado à sua autorização expressa.
 - 7.44.5) Sendo o consentimento do titular a única base legal utilizada para o tratamento de dados pessoais, a autorização de que trata o inciso I estará condicionada à assinatura de novo Termo de Consentimento pelo titular de dados, a ser providenciado única e exclusivamente pela Contratante.
 - 7.44.6) Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 7.44.7) É dever de a Contratada fomentar e disponibilizar treinamento e ações de conscientização relacionados à Proteção de dados pessoais e Privacidade aos responsáveis pela execução do Contrato, garantindo, assim, a implementação de Boas Práticas e Governança, nos termos dos artigos 50 e 51 da LGPD.
- 7.44.8) A Contratante poderá realizar diligência e/ou auditorias para aferir o cumprimento de todos os itens constantes na presente cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis.
- 7.44.9) A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável uma única vez mediante justificativa aceita pela Contratante, quaisquer informações acerca dos dados pessoais tratados em decorrência do presente Contrato para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.44.10) Bancos de dados formados a partir de Contratos Administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 7.44.11) Os bancos de dados a que se refere o **ITEM – 7.44.10** devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, bem como o atendimento de direitos dos titulares de dados, notadamente o direito de acesso.
- 7.44.12) A Contratada declara estar ciente e de acordo de que as previsões desta cláusula estão sujeitas a alterações, mormente no que diz respeito aos procedimentos de tratamento de dados pessoais.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 7.44.13) As alterações a que se refere o **ITEM – 7.44.10** podem ocorrer quando indicado pela Contratante e/ou pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- A) Nas hipóteses a que se refere o **ITEM – 7.44.10**, a alteração será formalizada por intermédio de assinatura de Termo Aditivo ao Contrato.
- 7.44.14) Fica estabelecida a vedação de transferência de dados pessoais constantes na base de dados da Contratante a empresas privadas, com exceção à previsão dos incisos I a V do § 1º do artigo 26 da LGPD.
- 7.44.15) Sendo constatada a ocorrência de uma das exceções previstas nos incisos indicados no **ITEM – 7.44.14**, as partes declaram que comunicarão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da celebração do contrato, nos termos do § 2º do artigo 26 da LGPD.

8) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;
- 8.2) Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- 8.3) Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.4) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 8.5) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- 8.6) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.
- 8.7) Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do serviço, se for o caso, para que seja refeito ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;
- 8.8) Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação, qualidade e demais exigências deste Termo de Referência;
- 8.9) Atestar os serviços prestados quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado no Termo de Referência;
- 8.10) Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário;

9) MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1) **A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**
 - 9.1.1) A execução do objeto contratado obedecerá às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, observando as diretrizes da **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS**.
 - 9.1.2) Os serviços deverão ser prestados de forma **contínua e ininterrupta**, garantindo a manutenção das atividades assistenciais essenciais, conforme escala e cronograma de trabalho definidos pela Contratante.

Página **93** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 9.1.3) O início da execução dos serviços deverá ocorrer **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contados do recebimento da **Ordem de Serviço – OS** emitida pela Contratante.
- 9.1.4) Qualquer pedido de prorrogação desse prazo deverá ser **formalmente justificado** pela Contratada e submetido à apreciação do Fiscal do Contrato ou da Comissão de Fiscalização, que decidirá motivadamente sobre o deferimento.
- 9.1.5) Não será admitida prorrogação injustificada do prazo de início, considerando o caráter essencial e emergencial dos serviços.
- 9.1.6) A execução do objeto ocorrerá nas **unidades sociais da SEMFAS** relacionadas no **ITEM – 9.8, deste TERMO DE REFERÊNCIA**, podendo haver redistribuição de locais mediante comunicação formal da Contratante, sem que isso implique alteração contratual.

9.2) **Local e Regime de Trabalho**

- 9.2.1) Os serviços serão executados **nos Equipamentos Sociais vinculados à SEMFAS**, com observância dos seguintes regimes de trabalho:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	APRESENTAÇÃO
1	CUIDADOR SOCIAL, DIURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 07 ÀS 19 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO CORRESPONDE A 01 (UM) PROFISSIONAL
2	CUIDADOR SOCIAL, NOTURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 19 ÀS 07 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO CORRESPONDE A 01 (UM) PROFISSIONAL
3	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO CORRESPONDE A 01 (UM) PROFISSIONAL
4	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO CORRESPONDE A 01 (UM) PROFISSIONAL
5	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO CORRESPONDE A 01

Página **94** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

	(SEM ADICIONAL NOTURNO)		(UM) PROFISSIONAL
6	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS COM ADICIONAL NOTURNO DE 1 (UMA) HORA POR DIA DE TRABALHO, DAS 22 ÀS 23 HORAS.	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO CORRESPONDE A 01 (UM) PROFISSIONAL

- 9.2.2) Qualquer alteração de endereço, ampliação ou redução de unidades atendidas será comunicada pela Contratante à Contratada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para ajuste operacional.

9.3) **Condições de Execução do Objeto**

- 9.3.1) O prazo de vigência e execução do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, até o limite estabelecido no **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**.
- 9.3.2) Considerando a natureza continuada e a substituição imediata dos serviços, **não se faz necessária a fase de transição contratual** entre empresas, salvo determinação expressa da Administração.
- 9.3.3) A entrega e o recebimento dos serviços seguirão o seguinte procedimento:
- A) **Recebimento provisório:** no ato da entrega e início das atividades, para verificação preliminar da conformidade com as condições estabelecidas;
- A) **Recebimento definitivo:** após a vistoria técnica e administrativa, a ser concluída em até **10 (dez) dias consecutivos** do recebimento provisório, condicionada à aceitação formal do Fiscal do Contrato.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 9.3.4) O objeto estará sujeito à **fiscalização permanente** da Contratante, que poderá rejeitar total ou parcialmente os serviços executados em desconformidade, determinando a correção, substituição ou refazimento, sem ônus adicional para a Administração.
- 9.3.5) O serviço ou atividade considerada insatisfatória deverá ser corrigido ou refeito pela Contratada no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação formal.
- 9.3.6) A Contratada deverá manter **instalação administrativa ou escritório local** no Município de Aracaju, apto a coordenar as equipes de trabalho, efetuar substituições de pessoal e atender prontamente às demandas do Fiscal do Contrato.
- 9.3.7) Deverá permanecer, durante toda a execução contratual, **preposto com poderes de representação**, responsável pela comunicação direta com a fiscalização da Contratante.
- 9.3.8) A Contratada deverá registrar e documentar todas as **visitas técnicas, inspeções, ocorrências e medidas corretivas**, mantendo registro atualizado e acessível à fiscalização da SEMFAS.
- 9.3.9) O cumprimento das obrigações contratuais observará, obrigatoriamente, as condições de habilitação técnica, jurídica, fiscal e trabalhista exigidas no processo licitatório, conforme verificação periódica da Administração.
- 9.4) **Execução Operacional dos Serviços**
- 9.4.1) O início efetivo dos serviços deverá ocorrer **em até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato e/ou emissão da Ordem de Serviço.
- 9.4.2) O cronograma de execução será elaborado em conjunto pela equipe técnica da SEMFAS e pela Contratada, devendo contemplar escalas, turnos e alocação de pessoal por unidade.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

9.4.3) Os serviços prestados deverão seguir rotina definida pela equipe técnica responsável, incluindo:

- A) Registro diário de atividades e ocorrências;
- A) Comunicação contínua com a equipe multidisciplinar da SEMFAS;
- B) Participação em reuniões e treinamentos convocados pela Contratante;
- C) Troca de informações sobre a rotina e bem-estar dos acolhidos, subsidiando relatórios e estudos técnicos para encaminhamentos administrativos e judiciais.

9.4.4) A Contratante será responsável pelo **fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios necessários** à execução das atividades, devendo mantê-los em boas condições de uso e reposição.

9.5) **Fardamento e Identificação**

9.5.1) PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS UNIFORMES, NAS QUANTIDADES ESTIMADAS E QUALIDADES A SEGUIR ESTABELECIDAS, PROMOVENDO SUA SUBSTITUIÇÃO QUANDO NECESSÁRIO, SEM QUALQUER ÔNUS PARA OS TRABALHADORES.

9.5.2) **UNIFORMES:**

9.5.2.1) OS UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA A SEUS EMPREGADOS DEVERÃO SER CONDIZENTES COM A ATIVIDADE A SER DESEMPENHADA NO ÓRGÃO OBSERVANDO O DISPOSTO NOS ITENS SEGUINTE.

9.5.2.2) A CONTRATADA FORNECERÁ UNIFORMES COMPLETOS E APROPRIADOS À CATEGORIA PROFISSIONAL, ANUALMENTE, SEMPRE NO PRIMEIRO DIA DE ATIVIDADE DO PROFISSIONAL,

Página **97** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEVENDO O MODELO SER SUBMETIDO À APROVAÇÃO DA
GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, CONFORME
RELAÇÃO QUE SEGUE:

CATEGORIA:		CUIDADOR SOCIAL SUPERVISOR				
ITEM	SÍNTESE	QUANT. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGADO O SEGUINTE QUANTITATIVO
01	<p>Camisa tipo polo, cor azul clara, com logomarca da Contratada, confeccionada em malha piquet mista, composta por no mínimo 50% algodão e 50% poliéster</p> <p>Modelagem: tradicional, com gola polo estruturada, fechamento frontal por botões (mínimo de 2), mangas curtas, costuras reforçadas e acabamento de qualidade.</p> <p>Personalização: aplicação da logomarca da Contratada em processo de alta durabilidade (silk screen, bordado ou transferência térmica), posicionada no lado esquerdo do peito.</p> <p>Tamanhos: fornecimento em grade completa, do PP ao GG (ou conforme demanda da Contratante).</p>	4	UND	75,70	302,80	2
02	Crachá de identificação funcional confeccionado em PVC rígido ou semi-rígido de alta resistência.	1	UND	17,12	17,12	-

Página 98 de 158

Centro Administrativo "Prefeito Aloísio Campos" – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dimensões: padrão aproximado de 100 mm x 54 mm. Impressão: em alta resolução, frente e verso colorida, com plastificação térmica ou laminação protetiva. Conteúdo mínimo obrigatório: foto recente do colaborador, nome completo, função/cargo, nome da empresa contratada, logo da empresa CONTRATADA Sistema de fixação: Perfuração superior padrão, acompanhado de cordão em poliéster ou nylon, resistente, com fecho de segurança, fixação por clipe retrátil (roller clip) ou presilha tipo jacaré.					
	TOTAL GERAL R\$				319,92
	TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES – R\$				26,66

- 9.5.2.3) OS UNIFORMES DEVERÃO SER ENTREGUES MEDIANTE RECIBO (RELAÇÃO NOMINAL), CUJA CÓPIA SERÁ REMETIDA AO CONTRATANTE, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, A CONTAR DA ENTREGA, NÃO PODENDO SER REPASSADO O SEU CUSTO AOS FUNCIONÁRIOS, NEM SER EXIGIDA A DEVOLUÇÃO DO UNIFORME USADO.
- 9.5.2.4) É EXPRESSAMENTE VEDADA A UTILIZAÇÃO DE CHINELOS OU QUALQUER CALÇADO QUE NÃO OS APROPRIADOS PARA O SERVIÇO.
- 9.5.2.5) AS PEÇAS DEVEM SER CONFECCIONADAS COM TECIDO E MATERIAL DE QUALIDADE.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 9.5.2.6) No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
 - 9.5.2.7) Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao fiscal do contrato designado pelo Contratante.
- 9.6) Os profissionais indicados pela Contratada deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas:
- 9.6.1) Ser pontual e permanecer no local de prestação de serviços determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia.
 - 9.6.2) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá e uniformizado(a).
 - 9.6.3) Manter cabelos cortados e/ou presos.
 - 9.6.4) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do Contratante.
 - 9.6.5) Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada.
 - 9.6.6) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público.
 - 9.6.7) Cumprir as normas internas do órgão.
 - 9.6.8) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado.
 - 9.6.9) Zelar pela preservação do patrimônio do Contratante sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência

Página **100** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário.

- 9.6.10) Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços.
- 9.6.11) Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do Contratante para solucionar falhas em máquinas e equipamentos.
- 9.6.12) Conhecer a missão do serviço, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição.
- 9.6.13) Assumir o serviço com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.
- 9.6.14) Receber/passar o serviço ao assumir/deixar o local de prestação de serviços, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas.
- 9.6.15) Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço.
- 9.6.16) Manter atualizada a documentação utilizada no serviço.
- 9.6.17) Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema.
- 9.6.18) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.
- 9.6.19) Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 9.6.20) Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da Contratante, providenciando para que sejam encaminhados à Segurança ou ao seu superior.
- 9.6.21) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia e/ou superior hierárquico, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.
- 9.6.22) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento.
- 9.6.23) Tratar a todos com urbanidade.
- 9.6.24) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da Fiscalização.
- 9.6.25) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do Contratante.
- 9.6.26) Não participar, no âmbito do Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.
- 9.6.27) Informar imediatamente à Fiscalização da Contratante sobre quaisquer anormalidades.
- 9.6.28) Atender com prontidão quaisquer determinações da Fiscalização.

9.7) Da subcontratação:

- 9.7.1) É **vedada a subcontratação total ou parcial** do objeto contratado, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

9.8) DISTRIBUIÇÃO DOS QUANTITATIVOS POR UNIDADE PÚBLICA DE ALTA COMPLEXIDADE:

ITEM	UNIDADE DE ACOLHIMENTO	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE CUIDADOR SOCIAL, DIURNO, 12 X 36 HORAS, DAS 07 ÀS 19 HORAS COM 20% DE INSALUBRIDADE	QUANTIDADE CUIDADOR SOCIAL, NOTURNO, 12 X 36 HORAS, DAS 19 ÀS 07 HORAS COM 20% DE INSALUBRIDADE	QUANTIDADE CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS COM 20% DE INSALUBRIDADE	QUANTIDADE CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	QUANTIDADE SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS (SEM ADICIONAL NOTURNO)	QUANTIDADE SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS COM ADICIONAL NOTURNO DE 1 (UMA) HORA POR DIA DE TRABALHO, DAS 22 ÀS 23 HORAS.	ENDEREÇO:
01	ABRIGO CAÇULA BARRETO	Crianças e adolescente em situação de violação de direitos.	14	12					Endereço Reservado, frente peculiaridade atendimento pessoas com medidas judicializadas restrição acesso proteção a vida
02	ABRIGO NÚBIA MARQUES	Mulheres vítimas de violência doméstica	02	02					Endereço Reservado, frente peculiaridade atendimento pessoas com medidas judicializadas restrição acesso proteção a vida
03	CASA DE PASSAGEM ACOLHER	Pessoa em situação de rua	08	06					Endereço Reservado, frente peculiaridade atendimento pessoas com medidas judicializadas restrição acesso proteção a vida
04	CASA LAR NALDE BARBOSA	Idosos em situação de violação de direitos	06	06					Endereço Reservado, frente peculiaridade atendimento pessoas com medidas judicializadas restrição acesso proteção a vida
05	CASA LAR DONA PALIA	Idosos em situação de violação de direitos	06	06					Endereço Reservado, frente peculiaridade atendimento pessoas



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

									medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
06	ABRIGO SORRISO	Crianças em situação de violação de direitos.	16	12					Endereço Reservado, frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
07	CASA LAR – 1 CASA LAR – 2 CASA LAR – 3 CASA LAR - 4	Crianças e adolescente em situação de violação de direitos.	16	16					Endereço Reservado, frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
08	CASA DE PASSAGEM FREITAS BRANDÃO	Famílias e indivíduos em situação de rua	08	06					Endereço Reservado, frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
09	RETAGUARDA/ REPÚBLICAS	Adolescente em situação de violação de direitos.	06	06					Endereço Reservado, frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
10	RESIDÊNCIA INCLUSIVA	Jovens e adultos com deficiência	02	02					Endereço Reservado, frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
11	CASA LAR DE IDOSO 1	Pessoas idosas	02	02					Endereço Reservado,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

									frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
12	CASA LAR DE IDOSO 2	Pessoas idosas	02	02					Endereço Reservado, frente à peculiaridade do atendimento de pessoas com medidas judicializadas de restrição de acesso para proteção a vida.
13	CENTRO DIA PCD	Pessoa com deficiência			08				TRAVESSA CANAÃ, SUÍSSA
14	CENTRO DIA DO IDOSO	Pessoa idosa com deficiência			03				RUA ALAGOAS JOSÉ CONRADO DE ARAÚJO
15	Proteção Social Especial	Apoio operacional à Coordenação de Proteção Social Especial					02		TODOS OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
16	CUIDOTECA	Atendimento de crianças enquanto suas mães ou responsáveis exercem atividades laborais, educacionais ou de formação profissional.				02		01	CRAS Maria de Menezes, Santa Maria
TOTAIS			88	78	11	02	02	01	

10) DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Página **105** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 10.2) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias através de termo de apostilamento ao contrato.
- 10.3) A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, por meio de gestor e fiscal integrantes da Diretoria de Proteção de Assistência Social, por meio da Coordenadoria da Proteção Social Especial a serem oportunamente designados, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.178/2024 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.
- 10.3.1 O fiscal designado acompanhará e anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.3.2 O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 10.3.3 O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma dos artigos 74 e 75 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 316 e 317 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso.
- 10.3.4** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.4) Critérios de recebimento e aceitação do objeto

10.4.1) Os serviços serão recebidos provisoriamente **no prazo de até 10 (dez) dias**, contado do recebimento da nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento de exigências de caráter técnico.

10.4.1.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4.1.2 Será realizada inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de servidores encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques ou revisões que se fizerem necessários.

10.4.1.3 Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.4.1.4 O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e instruções exigíveis.

10.4.1.5 No prazo indicado no **ITEM - 10.4.1**, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado de acordo com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

10.4.2 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado, após verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, observadas as seguintes diretrizes:

Página **107** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.4.2.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

10.4.2.2 Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.4.2.3 Comunicar ao fornecedor para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado ou equivalente.

10.4.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o **ITEM – 10.4.2** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.4.4. O aceite ou aprovação do(s) serviço(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

10.5) Rotinas de fiscalização

10.5.1) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscais e gestor de contrato, representantes da Diretoria de Proteção de Assistência, os quais serão oportunamente designados, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.178/2024 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

Página **108** de **158**





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.5.2) Cada coordenador dos Equipamentos deverá apresentar relatório mensal ao Fiscal do Contrato e/ou seus auxiliares, atestando a prestação dos serviços e informando eventuais ocorrências no atendimento aos assistidos da SEMFAS.

10.5.3) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos:

10.5.3.1) Fiscalização Técnica

- 10.5.3.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.5.3.1.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.5.3.1.3 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.5.3.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.5.3.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 10.5.3.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 10.5.3.1.7 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.5.3.1.8 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.5.3.1.9A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.
- 10.5.3.1.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- A) Verificação diária das faltas e ausências;
 - B) Orientar e informar o preposto da Contratada sobre os serviços a serem prestados;
 - C) Manter contato frequente com o preposto da Contratada para obter informações sobre a prestação dos serviços;
 - D) Fiscalizar os serviços prestados.
- 10.5.3.1.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

10.5.3.1.12 Os Fiscais deste Contrato terão as seguintes atribuições:

- a) providenciar cópia do contrato: o fiscal deve conhecer o objeto e a quantidade dos profissionais contratados, a descrição dos serviços a serem executados, bem como os prazos, locais de prestação do serviço, frequência dos serviços, enfim, todas as cláusulas importantes que dizem respeito à execução contratual;
- b) manter registro dos contratos: verificar a vigência, prazos de execução, necessidades de prorrogações ou de nova contratação, épocas de reajustamento dos preços contratados, tomando as providências cabíveis em tempo hábil, quando necessário;
- c) ter conhecimento das responsabilidades: conhecer as responsabilidades de ambas as partes envolvidas;
- d) manter a avaliação do serviço e o registro de ocorrências: assegurar a perfeita execução dos serviços em conformidade com o que foi contratado, solicitando, de imediato, a correção de imperfeições detectadas ao supervisor da contratada conforme Formulário de Avaliação de Desempenho, Ocorrências e/ou Correções.
- e) verificação dos serviços: verificar se os serviços estão sendo prestados com qualidade no local constante no contrato, solicitando, quando for o caso, a substituição dos mesmos quando não forem adequados;
- f) emitir a(s) ordem(s) de serviços específico(s) para início dos serviços objeto do contrato;





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- g) solicitar à Contratada e seu supervisor todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- h) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações constantes neste Termo.
- i) atestar notas fiscais e encaminhar para o pagamento dos serviços prestados dentro das condições estabelecidas no Contrato a ser ulteriormente firmado;
- j) documentar e firmar em registro próprio, junto aos supervisores da Contratada, as ocorrências havidas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou incorreções observadas; k) fiscalizar o cumprimento, pela Contratada, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do Contrato a ser firmado;
- k) exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, procedendo atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- l) orientar os gestores das unidades escolares sobre o preenchimento dos Relatórios Mensais dos Serviços de cada prestador de serviço a ser entregue a contratada e a manutenção de cópia na pasta funcional, a fim de garantir o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais;
- m) orientar os gestores das unidades escolares quanto ao preenchimento do Formulário de Avaliação de Desempenho, Ocorrências e/ou Correções, em caso de intercorrências, para envio ao Gestor Geral do Contrato

Página **112** de **158**





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

na Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social.

n) acompanhar mensalmente o comparecimento e assiduidade do(s) profissional(ais) contratado (s); o) sugerir aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento contratual parcial ou total;

o) comunicar por escrito ao superior hierárquico em situações cujas providências excedam as suas competências;

p) auxiliar a área competente no planejamento de nova licitação quanto a elaboração de estudos preliminares para a continuidade e qualidade dos serviços;

q) solicitar mensalmente, com o documento fiscal da prestação dos serviços executados, cópia das comprovações de obrigações trabalhistas e previdenciárias do mês anterior, bem como de qualquer outra documentação disposta no contrato como condição para que se efetive o pagamento.

10.5.3.2) Fiscalização Administrativa

10.5.3.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.5.3.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Página **113** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.5.3.2.3 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10.5.3.2.4 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias

10.5.3.2.5 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

10.5.3.2.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato. Gestor do Contrato

10.5.3.3) Gestor do Contrato

10.5.3.3.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de

Página **114** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.5.3.3.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.5.3.3.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.5.3.3.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.5.3.3.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.5.3.3.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos

Página **115** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.5.3.3.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11) DO PAGAMENTO, CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Do pagamento:

11.1.1 Deverá ser realizada a liquidação da despesa mensalmente no prazo **de até 10 (dez) dias corridos**, com o posterior pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo **de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente, certificada pelo Fiscal do Contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

11.1.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 11.1.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida, **POSTO DE TRABALHO**, indicadas no **ITEM – 26.1**, deste Termo de Referência.
- 11.1.4 Caso o objeto da contratação contemple a prestação de serviços e a aquisição de bens, o fornecedor deverá emitir uma nota fiscal para o fornecimento de material e uma nota fiscal para a prestação de serviços, considerando o percentual do objeto que corresponde a material e o percentual que corresponde a serviço, incidindo sobre cada uma delas o valor do imposto do ICMS e do ISSQN correspondente.
- 11.1.5 Os fornecedores sediados fora do Município de Aracaju devem emitir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS a cada serviço prestado, através de prévio cadastro na página eletrônica do Município de Aracaju, na forma do Decreto Municipal nº 3.393/2011 e suas alterações.
- 11.1.6 O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.
- 11.1.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 11.1.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.1.9 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz

Página **117** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.1.10 Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.1.11 A **NOTA FISCAL** da empresa CONTRATADA deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- A) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA FEDERAL.
- B) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA ESTADUAL.
- C) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA MUNICIPAL.
- D) CERTIDÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO CRF/FGTS.
- E) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.
- F) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E/OU CONCORDATA.
- G) FOLHA COMPLETA DOS EMPREGADOS ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.
- H) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.
- I) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS VALES-TRANSPORTES OU DECLARAÇÃO DE NÃO OPÇÃO DO BENEFICIÁRIO, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

Página **118** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

J) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS EMPREGADOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

K) EXTRATOS COMPROBATÓRIOS DO RECOLHIMENTO DO FGTS E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA (INSS), REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

L) GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E RESPECTIVO COMPROVANTE DE PAGAMENTO OU DARF-INSS ACOMPANHADO DA DCTFWEB E RESPECTIVO COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO, NO CASO DE COMPENSAÇÃO PARCIAL, ESPECÍFICOS DO CONTRATO, REFERENTE AO MÊS ANTERIOR À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

M) FOLHA DE PONTO DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

N) CONTRA-CHEQUES, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

O) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS FÉRIAS.

P) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO.

11.1.12 Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no **ITEM – 11.1.11**, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo-lhe prazo específico para fazê-lo.

Página **119** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.1.13 Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade.

11.1.14 Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.15 Não haverá pagamento antecipado.

11.1.16 No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

11.1.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.1.2) Do Equilíbrio Econômico-Financeiro

11.1.2.1 Em relação à parcela dos serviços relativa à mão de obra, o preço será repactuado toda vez que houver alteração dos custos do serviço em decorrência do acordo, convenção ou dissídio coletivo da respectiva categoria, obedecendo-se os índices e valores homologados pela autoridade federal, mediante apostilamento.

11.1.2.2 A **REPACTUAÇÃO** somente poderá ocorrer após o interregno mínimo de 12 (DOZE) MESES CONTÍNUOS, contado:

a) Da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado.

Página **120** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

b) Do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

c) O pedido de repactuação será analisado, no máximo, em 30 (trinta) dias.

d) Os reajustes de preço serão formalizados por meio de apostilamento, de acordo com o disposto no artigo 136, da Lei Federal nº 14.131/2021.

11.1.2.3 A Contratante ou a Contratada podem solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando verificado fato imprevisível ocorrido após a apresentação da proposta, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) O evento seja futuro e incerto.

b) O evento não ocorra por culpa da Contratada.

c) A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante.

d) Haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da Contratada.

e) Seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.2) SOBRE O REAJUSTE ANUAL DE PREÇOS DOS INSUMOS:

11.2.1 Após 12 (doze) meses de **execução contratual**, a empresa CONTRATADA fará jus ao **REAJUSTE ANUAL DE PREÇOS**, precisamente quanto aos insumos abaixo:

A) UNIFORME/FARDAMENTO.

B) OUTROS DETALHADOS NO **MÓDULO – III (INSUMOS)** DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (**ANEXO – II**, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA – **ARQUIVO EM EXCEL**).

11.2.2 O REAJUSTE ANUAL será aplicado com base no IPCA, acumulado dos últimos 12 meses, contando-se a partir da data de apresentação da PROPOSTA DE PREÇO junto a plataforma Licitanet – www.licitanet.com.br. O mencionado marco temporal tem como lastro o **ART. 134, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.2.3 Sendo descontinuado o índice definido no item anterior, será adotado o que for definido pelo Governo Federal.

12) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento da **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social**, conforme dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
19401	08.245.0012	2068	3.3.90.39	15000000 16600000
19101	04.122.0213	2095	3.3.90.39	15000000

Página **122** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento ao contrato.

13) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada a seguir:

13.1.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções segundo a natureza e a gravidade da falta, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições previstas em legislação vigente.

13.1.1.1 Advertência.

13.1.1.2 Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela administração, o adjudicatário não assinar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido o processo de licitação.

b) 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou Contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do Contratado.

Página **123** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

c) 10% (dez por cento) do valor remanescente do Contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida anteriormente.

13.1.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação, bem como o impedimento de contratar com o Município de Aracaju, por prazo de até 3 (três) anos.

13.1.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

13.1.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, que deve ser graduada obedecendo aos seguintes limites máximos:

A) 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

B) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por dia subsequente ao trigésimo.

13.1.3 Nas hipóteses das alíneas **“a” e “b”, do ITEM – 13.1.2**, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior à sua efetivação.

13.1.4 A multa a que se refere o **ITEM – 13.1.1.2** não
Página **124** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

impede que a Administração Pública Municipal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

13.1.5 A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

14) BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS – SIMPLES NACIONAL:

- 14.1 TENDO EM VISTA QUE NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO HAVERÁ **CESSÃO/LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**, EMPRESAS DO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL **NÃO PODERÃO** SE UTILIZAR DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.
- 14.2 ASSIM, A MICROEMPRESA OU A EMPRESA DE PEQUENO PORTE OPTANTE POR RECOLHER OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DO SIMPLES NACIONAL PODERÁ PARTICIPAR DESTA COMPETIÇÃO (LICITAÇÃO), DESDE QUE COMPROVADA A NÃO UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO NA PROPOSTA DE PREÇOS E QUE, CASO VENHA A SER CONTRATADA, FAÇA A COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO FAZENDÁRIO COMPETENTE, PARA FINS DE EXCLUSÃO DO REGIME DIFERENCIADO, E PARA QUE PASSE A RECOLHER OS TRIBUTOS PELO REGIME COMUM (ACÓRDÃO TCU 797/2011-PLENÁRIO).
- 14.3 SEGUE OUTROS JULGADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU:

INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – Nº 467:

A prestação de serviços de copeiragem com cessão ou locação de mão de obra, independentemente da quantidade ou do percentual em relação ao objeto da licitação, afasta a possibilidade de participação de licitante com o benefício fiscal do Simples Nacional (art. 17, inciso XII, da LC 123/2006), pois essa atividade não se enquadra nos serviços excepcionados no art. 18, §§ 5º-B a 5º-E, da referida norma, não se podendo fazer interpretação extensiva no

Página **125** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

sentido de que copeiragem estaria inserida dentro de serviços de limpeza (art. 18, § 5ºC, inciso VI).

❓ **INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – Nº 346:**

A condição de optante pelo Simples Nacional não constitui óbice à participação de empresa em licitação para prestação de serviços com cessão de mão de obra, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários de tal regime diferenciado na proposta de preços. Caso declarada vencedora, a empresa deverá solicitar a exclusão do referido regime.

15) PERCENTUAL MÍNIMO DE ENCARGOS SOCIAIS:

- 15.1 A LICITANTE deverá adotar obrigatoriamente os percentuais mínimos de encargos sociais previstos na **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA, da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, identificada no **ITEM – 25.1**, deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, sob pena de desclassificação.
- 15.2 Inclusive, esse posicionamento, está em simetria com o utilizado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023, PROTOCOLO TC Nº 005041/2023. SEGUE:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023
PROTOCOLO TC Nº 005041/2023

PREÂMBULO

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE-SE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03, através de seu (a) Pregoeiro (a), regularmente designado pela Portaria nº 124, de 04 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE nº 2.638, de 04 de abril de 2023 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **EXECUÇÃO INDIRETA** em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, de limpeza e manutenção predial para atender às necessidades deste Tribunal, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de Sergipe, conforme quantitativos, características e demais condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (I a IV), deste Edital e descritos na forma abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

11	Copista	04	6/30	1.304,00
12	Eletricista	02	6/30	3.300,00
13	Fisioterapeuta	02	6/30	3.960,00
14	Garçom	04	6/30	2.376,00
15	Jardineiro	04	6/30	1.584,00
16	Lavador de carro/veículos	04	6/30	1.320,00
17	Marceneiro	02	6/30	3.300,00
18	Motorista	38	6/30	3.300,00
19	Operador de Áudio/Som/TV	02	6/30	2.640,00
20	Pedreiro	01	6/30	3.300,00
21	Pintor	01	6/30	2.376,00
22	Psicóloga	02	6/30	3.300,00
23	Recepcionista	05	6/30	1.980,00
24	Servente	42	6/30	1.320,00
TOTAL		292	-	-

2.3.2. O valor dos salários dos empregados no quadro acima, foi determinado com base nos salários atualmente pagos aos prestadores de serviços do contrato vigente, atualizados pela Convenção Coletiva de 2023 e seu aditivo. Os referidos empregados em sua maioria percebem salários superiores ao piso salarial da categoria, devido a necessidade de contratação de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso da categoria. Assim valer-se apenas do piso salarial como remuneração dos cargos, pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade da mão de obra, acarretando, em vez de economia, problemas de ordem operacionais, conforme Inciso VI do art. 5º da IN nº 05.



2.3.3. Os Salários dos cargos do item 2.3.1 deste Termo, serão sempre fixados pela Convenção Coletiva de Trabalho CCT's do Sindicato de Empregados de Condomínio e Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SINDECESE) e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SEAC) e as convenções de cargos específicos, no caso dos Fisioterapeutas (CCT/2020 em vigor) e Psicólogos (não possui, utiliza tabela FENAPSI), todas registradas e homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme convenções em anexo, sendo desclassificadas as propostas que apresentem na sua composição de preços salários inferiores ao mínimo aqui estabelecido.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA INDIVIDUAL POR TIPO DE SERVIÇO		
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
CARGO: ASSISTENTE DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS		
I - REMUNERAÇÃO		
SALÁRIO BASE: R\$ 3.960,00		
Outros (Especificar):		
TOTAL:		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A:	PERCENTUAL (%)	VALOR(R\$)
01 – INSS	20,00	
02 – SESI-SESC	1,50	
03 – SENAI-SENAC	1,00	
04 – INCRA	0,20	
05 – SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
06 – FGTS	8,00	
07 – SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO /SAT/INSS	3,00	
08 – SEBRAE	0,60	
Total do GRUPO A	36,80	
GRUPO B:	PERCENTUAL (%)	VALOR(R\$)
09 – FÉRIAS	12,03	
10 – AUXÍLIO DOENÇA	2,65	
11 – LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	1,33	
12 – FALTAS LEGAIS	2,28	
13 – ACIDENTE DE TRABALHO	1,30	
14 – AVISO PRÉVIO	1,37	
15 – 13º SALÁRIO	8,33	
Total GRUPO B	29,29	
GRUPO C:	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
16 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,54	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

17 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL	1,80	
18 - INDENIZAÇÃO (RESCISÕES SEM JUSTA CAUSA)	3,20	
Total do GRUPO C	8,54	

GRUPO D:	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
19 - INCIDÊNCIA CUMULATIVA DOS ENCARGOS DO GRUPO "A" SOBRE GRUPO "B"	10,78	
Total do GRUPO D	10,78	

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS – Grupo A, B, C e D	85,41	
--	-------	--

16) DO VALOR DO TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO E QUANTIDADES:

16.1 Conforme noticiado na CONVENÇÃO COLETIVA identificada no **ITEM – 25.1**, **deste TERMO**, o valor unitário do TICKET REFEIÇÃO é aquele identificado abaixo, bem como, para promover um julgamento objetivo e igualitário, a empresa licitante deverá prevê na PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS os seguintes quantitativos:

ITEM	CATEGORIA	VALOR UNITÁRIO DO TICKET REFEIÇÃO / VALE ALIMENTAÇÃO – R\$	QUANTIDADE MENSAL QUE DEVERÁ SER PREVISTA NA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	OBSERVAÇÃO
1	CUIDADOR SOCIAL 12X36H	18,15	15 UND	O VALOR DE R\$ 18,15 ESTÁ PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 25.1 , DESTE TERMO, PRECISAMENTE NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA , LOGO, ESSE VALOR DE R\$ 18,15 É MÍNIMO. DESSA FORMA, NADA IMPEDE QUE A EMPRESA LICITANTE FAÇA PREVISÃO DE VALOR UNITÁRIO SUPERIOR, DEVENDO DEMONSTRAR NA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS.
2	CUIDADOR SOCIAL 44H	18,15	22 UND	
3	SUPERVISOR	18,15	22 UND	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.2 Quando o empregado da CONTRATADA iniciar os serviços nas dependências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente todo quantitativo do TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO do mês correspondente ao trabalho.

16.3 Até o último dia útil do mês de trabalho, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente todo quantitativo do TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO do mês subsequente. **EXEMPLO:**

A	B	C
DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE	QUANT. DE TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO NO DIA 10.03.2025	DATA LIMITE PARA DISPONIBILIZAR INTEGRALMENTE OS TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO AO EMPREGADO, REFERENTE AO TRABALHO DO MÊS SUBSEQUENTE (ABRIL/2025)
10.03.2025	16 TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO	31.03.2025

16.4 O CONTRATANTE não acatará qualquer argumentação e/ou vinculação de pagamento dos salários, vale transporte, vale alimentação e demais benefícios aos empregados da CONTRATADA, sob a alegação que está aguardando o pagamento da fatura mensal.

16.5 O FISCAL do Contrato designado pelo CONTRATANTE irá acompanhar o cumprimento desse prazo, tendo total liberdade para comunicar formalmente o fato a autoridade superior do CONTRATANTE.

16.6 Qualquer descumprimento acarretará na emissão de sanção, inclusive, com possibilidade execução da **GARANTIA CONTRATUAL** prevista no **ITEM – 18**, deste TERMO e RESCISÃO UNILATERAL do CONTRATO.

17) DO VALOR DO VALE TRANSPORTE E QUANTIDADES:

17.1 A empresa licitante e futura CONTRATADA deverá prever **VALE TRANSPORTE** em suas PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, conforme demonstrativo abaixo,

Página **131** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

e, para promover um julgamento objetivo e igualitário, a empresa licitante deverá prever os seguintes quantitativos:

ITEM	NÍVEL DO SERVIÇO	VALOR DO VALE TRANSPORTE (2 POR DIA) R\$	QUANTIDADE MENSAL QUE DEVERÁ SER PREVISTA NA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
1	CUIDADOR SOCIAL 12X36	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	15 DIAS X 2 = 30 VALES TRANSPORTE
2	CUIDADOR SOCIAL	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	26 DIAS X 2 = 52 VALES TRANSPORTE
3	SUPERVISOR	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	26 DIAS X 2 = 52 VALES TRANSPORTE

17.2 Quando o empregado da CONTRATADA iniciar os serviços nas dependências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente todo quantitativo do VALE TRANSPORTE do mês correspondente ao trabalho.

17.3 Até o último dia útil do mês de trabalho, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente todo quantitativo do VALE TRANSPORTE do mês subsequente. **EXEMPLO:**

A	B	C
DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE	QUANT. DE VALE TRANSPORTE QUE DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO NO DIA 10.03.2025	DATA LIMITE PARA DISPONIBILIZAR INTEGRALMENTE OS VALES TRANSPORTE AO EMPREGADO, REFERENTE AO TRABALHO DO MÊS SUBSEQUENTE (ABRIL/2025)
10.03.2025	16 DIAS X 2 = 32 VALES TRANSPORTES	31.03.2025

17.4 O CONTRATANTE não acatará qualquer argumentação e/ou vinculação de pagamento dos salários, vale transporte, vale alimentação e demais benefícios aos empregados da CONTRATADA, sob a alegação que está aguardando o pagamento da fatura mensal.

17.5 O FISCAL do Contrato designado pelo CONTRATANTE irá acompanhar o cumprimento desse prazo, tendo total liberdade para comunicar formalmente o fato a autoridade superior do CONTRATANTE.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

17.6 Qualquer descumprimento acarretará na emissão de sanção, inclusive, com possibilidade execução da GARANTIA CONTRATUAL prevista no **ITEM – 18**, deste TERMO e RESCISÃO UNILATERAL do CONTRATO.

18) DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

- 18.1 Será exigida **Garantia Contratual** da execução, nos moldes do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de **5% (cinco por cento) do Valor Anual do Contrato**.
- 18.2 Caso a garantia tenha se constituído na forma de carta de fiança fidejussória, o Fiscal do Contrato deverá verificar se foi emitida por instituição que possua a devida autorização do Banco Central do Brasil para operar como instituição financeira e, como tal, a prestar garantia sob a forma de fiança bancária.
- 18.3 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 18.4 A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 18.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- 18.6 Caso utilizado outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 18.7 Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 18.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
 - b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada. e,
 - c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 18.9 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.10 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em decorrência do disposto no art. 1º, IV, do Decreto Lei Nº 1.737/1979.
- 18.11 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 18.12 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827, do Código Civil.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 18.13 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.14 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.15 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.16 A garantia contratual prestada deverá cobrir, além das obrigações pactuadas, o pagamento de multas e obrigações trabalhistas
- 18.17 A garantia será atualizada nas mesmas condições do Contrato.
- 18.18 O atraso da entrega da garantia, superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 18.19 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
 - b) Prejuízos diretos causados ao Contratante ou a Terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada.
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- e) Determinação judicial.
 - f) As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada.
 - g) Pagamento de Rescisões Trabalhistas.
- 18.20 Após a execução do Contrato será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação.
- 18.21 Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual.
- 18.22 Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
- a) Será considerada extinta a garantia, no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.
- 18.23 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 18.24 A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

19) DA CONTA VINCULADA:

19.1 PARA OS FINS DE RETENÇÃO DESTINADA A CONTA VINCULADA, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PERCENTUAIS (CONFORME CONSTA DA PROPOSTA VENCEDORA):

ITEM	PERCENTUAIS DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	PERCENTUAL
A	TOTAL DO MÓDULO – II, ENCARGOS SOCIAIS, GRUPO – “A”	XXXXXX%
B	13º SALÁRIO (MÓDULO – II, ENCARGOS SOCIAIS, GRUPO – “B”, ITEM – 15)	8,33%
C	FÉRIAS (MÓDULO – II, ENCARGOS SOCIAIS, GRUPO – “B”, ITEM – 09)	12,03%
D	SUBTOTAL = B + C	20,36%
E	INCIDÊNCIA GRUPO A = A X D	XXXXXX%
F	FGTS NAS RESCISÕES SEM JUSTA CAUSA	4%
G	PERCENTUAL TOTAL = D + E + F	XXXXXX%

19.2 FORMA DO CÁLCULO PARA FUTURAS PROVISÕES, NA OCASIÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

ITEM	DETALHAMENTO	R\$
A	REMUNERAÇÃO DA CATEGORIA – (INFORMAR A CATEGORIA)	
B	INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE/ADICIONAL NOTURNO	
C	TOTAL DA REMUNERAÇÃO = A + B	
D	PERCENTUAL TOTAL DA PROVISÃO (VER ITEM – G DA TABELA ACIMA)	XXXXXX%
E	VALOR UNITÁRIO DA PROVISÃO = C X D	
F	TOTAL DE TRABALHADORES QUE ESTÃO DESENVOLVENDO OS SERVIÇOS OBS.: OBSERVAR A QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS QUE ESTÃO EFETIVAMENTE TRABALHANDO	
G	TOTAL A PROVISIONAR R\$ = E X F	

19.3 **EXEMPLO:**

ITEM	DETALHAMENTO	R\$
------	--------------	-----

Página 137 de 158

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A	REMUNERAÇÃO DA CATEGORIA –XXXXXXX	2.462,11
B	INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE/ADICIONAL NOTURNO	0,00
C	TOTAL DA REMUNERAÇÃO = A + B	2.462,11
D	PERCENTUAL TOTAL DA PROVISÃO (VER TABELA ACIMA)	31,20%
E	VALOR UNITÁRIO DA PROVISÃO = C X D	768,18
F	TOTAL DE TRABALHADORES QUE ESTÃO DESENVOLVENDO OS SERVIÇOS OBS.: OBSERVAR A QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS QUE ESTÃO EFETIVAMENTE TRABALHANDO	2
F	TOTAL A PROVISIONAR = E X F	1.536,36
ATENÇÃO: OS VALORES (R\$) E QUANTITATIVOS SÃO MERAMENTE ILUSTRATIVOS. SOMENTE PARA ALINHAMENTO DA FORMA DE CÁLCULO PARA PROVISÃO.		

19.4 OS DEPÓSITOS SERÃO EFETUADOS SEM PREJUÍZO DA RETENÇÃO, NA FONTE, DA TRIBUTAÇÃO SUJEITA A ALÍQUOTAS ESPECÍFICAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PRÓPRIA VIGENTE.

19.5 A EMPRESA CONTRATADA PODERÁ SOLICITAR AUTORIZAÇÃO DO CONTRATANTE PARA:

19.5.1 RESGATAR DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO – OS VALORES DESPENDIDOS COM O PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS QUE ESTEJAM CONTEMPLADAS NAS MESMAS RUBRICAS INDICADAS NO **ITEM - 19.1**, DESDE QUE COMPROVADO SE TRATAR DOS EMPREGADOS ALOCADOS PELA CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS.

19.5.2 MOVIMENTAR OS RECURSOS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO – DIRETAMENTE PARA A CONTA-CORRENTE DOS EMPREGADOS ALOCADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, DESDE QUE PARA O PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS QUE ESTEJAM CONTEMPLADAS NAS MESMAS RUBRICAS INDICADAS NO **ITEM – 19.1**.

19.5.3 PARA RESGATAR OS RECURSOS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO –, CONFORME

Página **138** de **158**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREVISTO NO **ITEM - 19.6**, A EMPRESA CONTRATADA, APÓS PAGAMENTO DAS VERBAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS, DEVERÁ APRESENTAR À UNIDADE COMPETENTE DO CONTRATANTE OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE QUE EFETIVAMENTE PAGOU A CADA EMPREGADO AS RUBRICAS INDICADAS NO **ITEM - 19.1**.

19.6 OS SALDOS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO – SERÃO REMUNERADOS DIARIAMENTE PELO ÍNDICE DA POUPANÇA OU POR OUTRO DEFINIDO NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, SEMPRE ESCOLHIDO O DE MAIOR RENTABILIDADE.

20) SEGURO DE VIDA:

20.1 A EMPRESA VENCEDORA, E FUTURA CONTRATADA, DEVERÁ DISPONIBILIZAR A CADA EMPREGADO, SEGURO DE VIDA.

20.2 A **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** PREVÊ ESSE INSUMO (**SEGURO DE VIDA**).

20.3 AS APÓLICES DEVERÃO SER APRESENTADAS PELA EMPRESA CONTRATADA NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS APÓS O INÍCIO DOS SERVIÇOS.

21) BENEFÍCIO AO TRABALHADOR “E” ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR:

21.1 SOBRE O BENEFÍCIO AO TRABALHADOR:

A) ATENTAR PARA **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO **ITEM – 25.1**, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

B) A **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** PREVÊ ESSE BENEFÍCIO (**BENEFÍCIO AO TRABALHADOR**), **R\$ 19,50**.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

21.2 SOBRE O BENEFÍCIO – ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR:

A) ATENTAR PARA **CLÁUSULA DÉCIMA**, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO **ITEM – 25.1**, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

B) A **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** PREVÊ ESSE BENEFÍCIO (ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR), **R\$ 6,90**.

22) COTA DE APRENDIZAGEM:

22.1 ESSA COTA ESTÁ PREVISTA NA **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, PARÁGRAFO 12º, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** INDICADA NO **ITEM – 25.1**, DESTE TERMO.

22.2 A **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** PREVÊ ESSE INSUMO (**COTA DE APRENDIZAGEM**), **R\$ 75,12**.

23. PRAZO MÁXIMO PARA PAGAMENTO DO SALÁRIO MENSAL DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA CONTRATAÇÃO:

23.1) A empresa CONTRATADA deverá impreterivelmente efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, **no prazo máximo de até o 5º (quinto) dia útil de cada mês**, conforme previsto na legislação, bem como, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração do CONTRATANTE.

23.2) O CONTRATANTE não acatará qualquer argumentação e/ou vinculação de pagamento dos salários, vale transporte, vale alimentação e demais benefícios aos empregados da CONTRATADA, sob a alegação que está aguardando o pagamento da fatura mensal.

23.3) O FISCAL do Contrato designado pelo CONTRATANTE irá acompanhar o cumprimento desse prazo, tendo total liberdade para comunicar formalmente o fato

Página **140** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

a autoridade superior competente do CONTRATANTE.

23.4) Qualquer descumprimento acarretará na emissão de sanção, inclusive, com possibilidade execução da GARANTIA CONTRATUAL prevista no **ITEM – 18**, deste TERMO e RESCISÃO UNILATERAL do CONTRATO.

23.5) Registre-se que o atraso no pagamento de **SALÁRIO e DEMAIS BENEFÍCIOS aos trabalhadores** alocados nos serviços objeto do futuro CONTRATO CENTRALIZADO que será firmado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, poderá ensejar em penalidade(s), entre elas, a RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. Para não ficarmos na órbita de ilações sem provas, esse procedimento já é adotado por ÓRGÃO PÚBLICOS, conforme exemplo abaixo:



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/03/2025 | Edição: 58 | Seção: 3 | Página: 488
Órgão: Ministério da Educação/Secretaria Executiva/Subsecretaria de Gestão Administrativa/Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

AVISO DE PENALIDADE

PROCESSO Nº 23000.011374/2024-31

O Coordenador-Geral de Licitações e Contratos torna pública a aplicação da Sanção Administrativa de Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da publicação, em desfavor da empresa AC SEGURANÇA LTDA., inscrita sob o CNPJ nº 09.459.901/0001-10, por atraso no pagamento/não pagamento dos salários dos colaboradores alocados no Contrato nº 10/2020, nos termos da Decisão SGA/GAB (5651396).

LEONARDO GOMES MIRANDA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

- A U -

FONTE: [HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/WEB/DOU/-/AVISO-DE-PENALIDADE-620118410](https://www.in.gov.br/web/dou/-/aviso-de-penalidade-620118410)

24. CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA CONTRATAÇÃO:

24.1) No que tange aos pagamentos das FÉRIAS, 13º SALÁRIO e VERBAS RESCISÓRIAS de cada empregado envolvido na CONTRATAÇÃO, a empresa CONTRATADA deverá cumprir todos os prazos previstos em Lei e na CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Página **141** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

identificada no **ITEM – 25.1**, deste TERMO.

24.2) O CONTRATANTE não acatará qualquer argumentação e/ou vinculação de consolidação de tais pagamentos, sob a alegação que está aguardando o pagamento da fatura mensal.

24.3) O FISCAL do Contrato designado pelo CONTRATANTE irá acompanhar o cumprimento desses prazos, tendo total liberdade para comunicar formalmente o fato a autoridade superior competente do CONTRATANTE.

24.4) Qualquer descumprimento acarretará na emissão de sanção, inclusive, com possibilidade execução da GARANTIA CONTRATUAL prevista no **ITEM – 18**, deste TERMO e RESCISÃO UNILATERAL do CONTRATO.

25. METODOLOGIA PARA FORMAÇÃO DO PREÇO:

25.1) Para fins de confecção da **PROPOSTA DE PREÇO** a empresa interessada deverá utilizar a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO indicada abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SE000016/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 09/02/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006065/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.215077/2026-36
DATA DO PROTOCOLO: 09/02/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DE SE, CNPJ n. 32.742.231/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABIO ANDRADE SANTOS;

E

SIND EMP DE COND E EMP DE ASSEIO CONS DO EST DE SERGIPE, CNPJ n. 32.825.283/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JORGIVAN MOTA DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

FONTE:

[HTTPS://WWW3.MTE.GOV.BR/SISTEMAS/MEDIADOR/CONSULTARINSTCOLETIVO](https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/consultarinstcoletivo)

25.2) Inclusive, esse posicionamento está em consonância com o próprio certame licitatório – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 (PROTOCOLO TC Nº 005041/2023), realizado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE/SE. Vejamos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023
PROTOCOLO TC Nº 005041/2023

PREÂMBULO

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE-SE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03, através de seu (a) Pregoeiro (a), regularmente designado pela Portaria nº 124, de 04 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE nº 2.638, de 04 de abril de 2023 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **EXECUÇÃO INDIRETA** em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, de limpeza e manutenção predial para atender às necessidades deste Tribunal, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de Sergipe, conforme quantitativos, características e demais condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (I a IV), deste Edital e descritos na forma abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Item	Função	Qtde	Salário	Total
12	Eletricista	02	6/30	3.300,00
13	Fisioterapeuta	02	6/30	3.960,00
14	Garçom	04	6/30	2.376,00
15	Jardineiro	04	6/30	1.584,00
16	Lavador de carro/veículos	04	6/30	1.320,00
17	Marceneiro	02	6/30	3.300,00
18	Motorista	38	6/30	3.300,00
19	Operador de Áudio/Som/TV	02	6/30	2.640,00
20	Pedreiro	01	6/30	3.300,00
21	Pintor	01	6/30	2.376,00
22	Psicóloga	02	6/30	3.300,00
23	Recepcionista	05	6/30	1.980,00
24	Servente	42	6/30	1.320,00
TOTAL		292	-	-

2.3.2. O valor dos salários dos empregados no quadro acima, foi determinado com base nos salários atualmente pagos aos prestadores de serviços do contrato vigente, atualizados pela Convenção Coletiva de 2023 e seu aditivo. Os referidos empregados em sua maioria percebem salários superiores ao piso salarial da categoria, devido a necessidade de contratação de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso da categoria. Assim valer-se apenas do piso salarial como remuneração dos cargos, pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade da mão de obra, acarretando, em vez de economia, problemas de ordem operacionais, conforme Inciso VI do art. 5º da IN nº 05.



2.3.3. Os Salários dos cargos do item 2.3.1 deste Termo, serão sempre fixados pela Convenção Coletiva de Trabalho CCT's do Sindicato de Empregados de Condomínio e Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SINDECESE) e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SEAC) e as convenções de cargos específicos, no caso dos Fisioterapeutas (CCT/2020 em vigor) e Psicólogos (não possui, utiliza tabela FENAPSI), todas registradas e homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme convenções em anexo, sendo desclassificadas as propostas que apresentem na sua composição de preços salários inferiores ao mínimo aqui estabelecido.

25.3) Logo, a partir do momento de registro de uma nova CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, a empresa contratada poderá postular a REPACTUAÇÃO DE PREÇOS.

25.4) Quanto aos salários de cada CARGO/FUNÇÃO, a **Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social** não acatará **SALÁRIO-BASE inferior** aqueles apontados na **COLUNA – “C”**, da tabela abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A	B	C	D
ORDEM	CATEGORIA	SALÁRIO-BASE	OBSERVAÇÃO
1	CUIDADOR SOCIAL	1.706,44	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 25.1 , DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: CUIDADOR SOCIAL
2	SUPERVISOR	2.161,52	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 25.1 , DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: SUPERVISOR
OBSERVAÇÃO – 1: A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO ACEITARÁ SALÁRIOS-BASES INFERIORES ÀQUELES INDICADOS NA COLUNA – C, DESTA TABELA.			

26. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

26.1) O VALOR MÁXIMO desta CONTRATAÇÃO está detalhado logo abaixo:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	APRESENTAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL DO POSTO DE TRABALHO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$ $G = E \times F$	VALOR TOTAL PARA 12 MESES R\$ $H = G \times 12 \text{ MESES}$	OBSERVAÇÃO
01	CUIDADOR SOCIAL, DIURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 07 ÀS 19 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	88	5.914,74	520.497,12	6.245.965,44	O VALOR DO POSTO DE TRABALHO CONSTANTE NA COLUNA – F , DESTA TABELA, ESTÁ DETALHADA NA

Página 146 de 158

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE

Assinado por 3 pessoas: MIRACELINE DOS SANTOS LEMOS e LUCIANO PAZ XAVIER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.tdoc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C>





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

								ANEXO – II, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
02	CUIDADOR SOCIAL, NOTURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 19 ÀS 07 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	78	6.911,63	539.107,14	6.469.285,68	O VALOR DO POSTO DE TRABALHO CONSTANTE NA COLUMA – F , DESTA TABELA, ESTÁ DETALHADA NO ANEXO – II , DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
03	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	11	5.942,78	65.370,58	784.446,96	O VALOR DO POSTO DE TRABALHO CONSTANTE NA COLUMA – F , DESTA TABELA, ESTÁ DETALHADA NO ANEXO – II , DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
04	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	02	5.133,14	10.266,28	123.195,36	O VALOR DO POSTO DE TRABALHO CONSTANTE NA COLUMA – F , DESTA TABELA, ESTÁ DETALHADA NO ANEXO – II , DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
05	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS (SEM ADICIONAL NOTURNO)	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	02	6.232,86	12.465,72	149.588,64	O VALOR DO POSTO DE TRABALHO CONSTANTE NA COLUMA – F , DESTA TABELA, ESTÁ DETALHADA NO ANEXO – II , DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
06	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS COM ADICIONAL NOTURNO	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO (EQUIVALENTE A 01 PROFISSIONAL)	01	7.058,87	7.058,87	84.706,44	O VALOR DO POSTO DE TRABALHO CONSTANTE NA COLUMA – F , DESTA TABELA, ESTÁ

Página 147 de 158

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE

Assinado por 3 pessoas: MIRACLI DOS SANTOS LEAL, LUCIANO PAZ XAVIER e ROSELENE DOS SANTOS. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.tdoc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C>





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 (UMA) HORA POR DIA DE TRABALHO, DAS 22 ÀS 23 HORAS.							DETALHADA NO ANEXO – II, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE – ÚNICO) PARA 12 MESES – R\$						13.857.188,52	
OBSERVAÇÃO – 1:	OS QUANTITATIVOS DE POSTOS DE TRABALHO CONSTANTES NA COLUMNA – E, DESTA TABELA, É UMA ESTIMATIVA, LOGO, A CONTRATANTE (SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) NÃO É OBRIGADA A CONSUMIR NO TODO OU EM PARTE. A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOMENTE PAGARÁ A EMPRESA CONTRATADA PELO QUANTITATIVO DE POSTOS DE TRABALHO FORMALMENTE SOLICITADOS E EFETIVAMENTE DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA CONTRATADA.						
OBSERVAÇÃO – 2:	O CRITÉRIO DE JULGAMENTO É MENOR PREÇO POR LOTE, LOGO, A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ OFERTAR PREÇO PARA TODOS OS ITENS QUE COMPÕE O PRESENTE LOTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.						
OBSERVAÇÃO – 3:	OS VALORES (R\$) UNITÁRIOS E/OU TOTAIS CONSTANTES NESTA TABELA SÃO MÁXIMOS, LOGO, A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO IRÁ ADJUDICAR E/OU HOMOLOGAR A DESPESA POR VALOR(ES) SUPERIOR(ES).						

26.2) DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS:

26.2.1 Informamos que os serviços serão executados em ARACAJU/SE, logo, o ISS deverá ser direcionado ao citado MUNICÍPIO (ARACAJU/SE).

26.2.2 A alíquota de ISS de ARACAJU/SE é 5%, inclusive, essa mesma alíquota está destacada nas PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (VER ANEXO – II, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA).



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

26.2.3 Caso a EMPRESA LICITANTE possua algum benefício fiscal já homologado e concedido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE, e que esse benefício se adeque ao OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA e permita alíquota de ISS inferior àquela prevista no **ITEM – 26.2.2, ou seja, 5%**, poderá destacar nas PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (**VER ANEXO – II, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**), o percentual de ISS verdadeiramente praticado pela empresa.

26.2.4 Atente-se que não aceitaremos PROTOCOLOS DE PEDIDOS OU PEDIDOS EM CURSO DE ANÁLISES, ao contrário, o texto é claro, somente para BENEFÍCIO FISCAL JÁ HOMOLOGADO E CONCEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE.

26.2.5 No curso da contratação, caso a empresa CONTRATADA solicite e redução da alíquota de ISS junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE e sendo o pleito HOMOLOGADO e CONCEDIDO, caberá a empresa CONTRATADA informar o fato ao CONTRATANTE. Sendo informado ao CONTRATANTE, caberá a esse elaborar TERMO ADITIVO para readequação dos valores PACTUADOS entre as PARTES (CONTRATANTE e CONTRATADA), pois devido à redução de alíquota de ISS, consequentemente, haverá redução nos VALORES UNITÁRIOS da HORA contratada.

27) DOS ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

27.1 O presente TERMO DE REFERÊNCIA é dotado dos seguintes ANEXOS:

ANEXO	DETALHAMENTO	OBSERVAÇÃO
I	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	VER ARQUIVO ANEXADO
II	PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	VER ARQUIVO ANEXADO, EM EXCEL VISANDO UM JULGAMENTO OBJETIVO, AS EMPRESAS DEVERÃO ADOTAR A PLANILHA CONTIDA NO ANEXO - II (ARQUIVO EM EXCEL).

Página **149** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

III	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, IDENTIFICADA NO ITEM – 25.1 , DESTE TERMO DE REFERÊNCIA	VER ARQUIVO ANEXADO, EM PDF
-----	---	-----------------------------

Nome completo do agente público responsável pela elaboração do documento

MIRCILENE DOS SANTOS
Agente de Contratação
Matrícula: 425977

Nome completo do membro da equipe de planejamento

MIRACI DOS SANTOS LEMOS
Diretora de Políticas de Assistência Social

Aprovo o presente Termo de Referência:

LUCIANO PAZ XAVIER
Secretário Municipal da Família e da Assistência Social

Página **150** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO – I
DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE PROPOSTA:

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº **XXX/2026**.

DADOS DO LICITANTE:	
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
CIDADE	
ESTADO	
CEP	
TELEFONE	
FAX	
E-MAIL	
NOME DA PESSOA QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO	
CPF	
RG	
DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO:	
BANCO	
AGÊNCIA	
CONTA-CORRENTE	

1) Segue detalhamento:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	APRESENTAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL DO POSTO DE TRABALHO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$ $G = E \times F$	VALOR TOTAL PARA 12 MESES R\$ $H = G \times 12 \text{ MESES}$	OBSERVAÇÃO
1	CUIDADOR SOCIAL, DIURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 07 ÀS 19 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO	88	??	??	??	A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO NO ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA.
2	CUIDADOR SOCIAL, NOTURNO , 12 X 36 HORAS, DAS 19 ÀS 07 HORAS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO	78	??	??	??	A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO NO ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA.
3	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	COM 20% DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO	11	??	??	??	A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO NO ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA.
4	CUIDADOR SOCIAL, 44 HORAS SEMANAIS	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO	2	??	??	??	A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO NO ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA.
5	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS (SEM ADICIONAL NOTURNO)	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO	2	??	??	??	A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME MODELO

Página 152 de 158

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE

Assinado por 3 pessoas: MRCILENE DOS SANTOS, MIRACI DOS SANTOS LEMOS e LUCIANO PAZ XAVIER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.tdoc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C> e informe o código FF5B-CEC0-C48F-131C





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

								DISPONIBILIZADO NO ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA.
6	SUPERVISOR, 44 HORAS SEMANAIS COM ADICIONAL NOTURNO DE 1 (UMA) HORA POR DIA DE TRABALHO, DAS 22 ÀS 23 HORAS.	SEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	POSTO DE TRABALHO	1	??	??	??	A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO NO ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA.
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE – ÚNICO) PARA 12 MESES – R\$??	

1) PARA CONHECIMENTO, SEGUE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DOS UNIFORMES/FARDAMENTOS:

CATEGORIA:		CUIDADOR SOCIAL SUPERVISOR					
ITEM	SÍNTESE	QUANT. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGADO O SEGUINTE QUANTITATIVO	
01	Camisa tipo polo , cor azul clara, com logomarca da Contratada, confeccionada em malha piquet mista, composta por no mínimo 50% algodão e 50% poliéster Modelagem: tradicional, com gola polo estruturada, fechamento frontal por botões (mínimo de 2), mangas curtas, costuras reforçadas e acabamento de qualidade. Personalização: aplicação da logomarca da Contratada em processo de alta durabilidade (silk screen, bordado ou transferência térmica),	4	UND			2	

Página 153 de 158

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE

Assinado por 3 pessoas: MINICILENE DOS SANTOS, MIRAC DOS SANTOS LEWIS e LUCIANO PAZ XAVIER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C> e informe o código FF5B-CEC0-C48F-131C





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

	posicionada no lado esquerdo do peito. Tamanhos: fornecimento em grade completa, do PP ao GG (ou conforme demanda da Contratante).					
02	Crachá de identificação funcional confeccionado em PVC rígido ou semi-rígido de alta resistência . Dimensões: padrão aproximado de 100 mm x 54 mm . Impressão: em alta resolução , frente e verso colorida, com plastificação térmica ou laminação protetiva. Conteúdo mínimo obrigatório: foto recente do colaborador, nome completo, função/cargo, nome da empresa contratada, logo da empresa CONTRATADA Sistema de fixação: Perfuração superior padrão, acompanhado de cordão em poliéster ou nylon , resistente, com fecho de segurança, fixação por clipe retrátil (roller clip) ou presilha tipo jacaré .	1	UND			-
TOTAL GERAL R\$??
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES – R\$??

2) AINDA DECLARAMOS QUE:

3.1. ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE **60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS**, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

Página **154** de **158**

Centro Administrativo “Prefeito Aloísio Campos” – Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42
Conjunto Costa e Silva – Bairro Ponto Novo – CEP: 49097-270 – Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.2. PRAZO DE EXECUÇÃO: DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

3.3. DECLARO QUE ESTOU CIENTE DE QUE NÃO TENHO DIREITO A EXIGIR NENHUMA MULTA OU INDENIZAÇÃO FINANCEIRA, CASO O CONTRATANTE DECIDA NÃO CONTRATAR COM A EMPRESA OFERTANTE DESTA PROPOSTA, SEJA NO TODO OU EM PARTE.

3.4. DECLARO CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM TODOS OS ITENS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

3.5. DECLARO QUE SE ENCONTRA INCLUSOS NO VALOR TOTAL DA PROPOSTA TODAS AS DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS, TRIBUTOS, DESCONTOS, EMOLUMENTOS, IMPOSTOS, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, TRANSPORTE, SEGUROS, PEDÁGIOS, MÃO DE OBRA E DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS EM GERAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO QUE SEJAM DEVIDAS EM DECORRÊNCIA, DIRETA E INDIRETA.

3.6. A PRESENTE PROPOSTA ESTÁ ACOMPANHADA DOS SEGUINTE ELEMENTOS:

A) DAS **PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** INDICADAS NO **ITEM – 27.1, DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

A) DA **GFIP OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**, QUE COMPROVA O **PERCENTUAL (%) DO DO RAT E FAP**, APRESENTADOS EM NOSSAS **PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, PRECISAMENTE NO SUBMÓDULO – II (ENCARGOS SOCIAIS), GRUPO “A”, ITEM – 07.**

B) DA **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE SERÁ SEGUIDA POR NOSSA EMPRESA**, PREVISTA NO **ITEM – 25.1, DO TERMO DE REFERÊNCIA**, INCLUSIVE, ESTAMOS DISPONIBILIZANDO FOTOCÓPIA COMPLETA, **EM ANEXO**. SEGUIE DETALHAMENTO DA **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** QUE IREMOS SEGUIR JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE, PARA FINS DE **REACTUAÇÃO DE PREÇOS:**

☐ NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **XXXXXXXXXXXX**;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

☐ DATA DE REGISTRO NO MTE: XXXXXXXXXXXX;

☐ NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: XXXXXXXXXXXX;

☐ NÚMERO DO PROCESSO: XXXXXXXXXXXX;

☐ DATA DO PROTOCOLO: XX.XX.XXXX;

3.7. SOMOS DO REGIME TRIBUTÁRIO: MARQUE UM “X” EM 1 (UMA) DAS OPÇÕES ABAIXO:

LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO

CIDADE/ESTADO, XX de XXXXXXXX de 2025.

Assinatura do representante legal.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO – II
DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, EM EXCEL

É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CADA CARGO, LOGO, A EMPRESA INTERESSADA APRESENTARÁ AS SEGUINTE PLANILHAS:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA, REFERENTE AO CARGO DE:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)		
A	B	C
ITENS	CATEGORIA (CARGO)	OBSERVAÇÃO
1	CUIDADOR SOCIAL	A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ESTÁ ANEXADA, EM EXCEL
2	SUPERVISOR	A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ESTÁ ANEXADA, EM EXCEL

AS PLANILHAS DEVERÃO SER APRESENTADAS DE FORMA COMPLETA, CONTENDO TODOS OS CÁLCULOS, COMO REMUNERAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, INSUMOS, TRANSPORTE, TRIBUTOS E OUTROS DADOS COMPLEMENTARES.

ATENÇÃO:

AS PLANILHAS DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DE MENOR LANCE, CONTENDO, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, CNPJ, TELEFONE, FAX E E-MAIL, BEM COMO, DATADA E ASSINADA.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO – III

DO TERMO DE REFERÊNCIA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

☐ A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO **ITEM – 25.1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, ESTÁ APENSADA (ANEXADA).

<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FF5B-CEC0-C48F-131C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MIRCILENE DOS SANTOS (CPF 012.XXX.XXX-98) em 29/04/2026 13:25:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MIRACI DOS SANTOS LEMOS (CPF 509.XXX.XXX-49) em 29/04/2026 13:48:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCIANO PAZ XAVIER (CPF 524.XXX.XXX-87) em 29/04/2026 17:44:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/FF5B-CEC0-C48F-131C>